

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS.....	4
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO.....	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	8
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	10
NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	11
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	11
2. BASE DE PREPARAÇÃO	11
3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO	15
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	16
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS – APLICAÇÃO FINANCEIRA	16
6. CONSUMIDORES E REVENDEDORES	16
7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS.....	17
8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR	18
9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	18
10. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS.....	19
11. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	20
12. INVESTIMENTOS	20
13. IMOBILIZADO	25
14. INTANGÍVEIS	27
15. FORNECEDORES.....	28
16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	28
17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES.....	30
18. ENCARGOS REGULATÓRIOS.....	32
19. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	32
20. PROVISÕES.....	33
21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS.....	37
22. RECEITA	37
23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	38
24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	40
25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	40
26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	42
27. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO	50
28. DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - DVA	51
29. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS	52
30. DEMONSTRAÇÕES SEGREGADAS POR EMPRESA	54
31. RENOVAÇÃO DAS CONCESSÕES – MEDIDA PROVISÓRIA 579 DE 11/09/2012.....	56
DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO CONSOLIDADO.....	59
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS.....	71

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011

ATIVO

(Em Milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	04	1.016.930	1.550.033	632.088	1.150.309
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	05	1.761.719	170.492	802.810	170.239
Consumidores e Revendedores	06	504.927	467.200	483.719	454.950
Concessionários - Transporte de Energia		141.651	145.407	67.482	66.451
Ativo Financeiro da Concessão	11	502.867	696.199	42.106	42.106
Tributos Compensáveis	07	53.328	56.199	23.793	29.634
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	08	40.204	48.774	27.963	26.869
Revendedores - Transações com Energia Livre		20.755	22.080	20.755	22.080
Dividendos a Receber		-	-	145.199	10.726
Estoques		12.387	6.263	10.293	4.355
Outros Créditos		125.089	107.263	71.574	71.983
TOTAL DO CIRCULANTE		4.179.857	3.269.910	2.327.782	2.049.702
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	05	138.631	-	54.678	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	09	36.076	577.778	-	215.350
Tributos Compensáveis	07	35.746	31.947	34.124	28.921
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	08	12.725	4.057	-	-
Depósitos Vinculados a Litígios	10	165.489	157.107	154.199	150.510
Crédito com Pessoas Ligadas		23.548	6.060	38.467	3.255
Outros Créditos		17.092	57.827	8.743	8.559
Ativo Financeiro da Concessão	11	3.727.289	3.797.551	750.851	716.232
Investimentos	12	129.672	109.518	3.453.496	2.980.579
Imobilizado	13	7.281.819	7.199.635	5.497.456	5.677.753
Intangíveis	14	517.255	469.857	31.051	33.522
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		12.085.342	12.411.337	10.023.065	9.814.681
TOTAL DO ATIVO		16.265.199	15.681.247	12.350.847	11.864.383

As Notas Explicativas condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2011

PASSIVO

(Em Milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	17	2.113.564	2.404.850	1.058.752	1.645.152
Debêntures	17	903.568	3.275.955	572.869	3.122.650
Fornecedores	15	245.104	182.166	133.213	116.509
Impostos, Taxas e Contribuições	16	90.240	78.922	81.034	70.448
Imposto de Renda e Contribuição Social	16	64.266	35.488	52.911	-
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar		138.146	-	166.733	-
Salários e Encargos Sociais		61.954	64.857	54.492	57.039
Encargos Regulatórios	18	69.966	80.967	47.292	58.003
Participações nos Lucros		39.100	18.845	39.099	18.845
Dívidas com Pessoas Ligadas		2.676	29.900	2.676	29.900
Obrigações Pós-Emprego	19	11.935	17.048	11.935	17.048
Outras Obrigações		69.213	80.075	57.699	58.558
TOTAL DO CIRCULANTE		3.809.732	6.269.073	2.278.705	5.194.152
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	17	2.384.982	1.734.216	786.936	272.304
Debêntures	17	2.841.512	932.919	2.306.123	46.896
Provisões	20	61.464	68.090	15.331	14.347
Obrigações Pós-Emprego	19	430.427	421.404	430.427	421.404
Impostos, Taxas e Contribuições	16	226.921	165.359	101.233	106.686
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	09	275.019	748.456	263.140	524.610
Encargos Regulatórios	18	92.964	70.283	92.723	70.162
Concessões a Pagar		151.675	123.871	131.573	123.871
Outras Obrigações		48.632	61.500	2.785	3.875
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		6.513.596	4.326.098	4.130.271	1.584.155
TOTAL DO PASSIVO		10.323.328	10.595.171	6.408.976	6.778.307
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21				
Capital Social		3.296.785	3.296.785	3.296.785	3.296.785
Reservas de Lucros		383.769	989.503	383.769	989.503
Ajustes de Avaliação Patrimonial		661.056	799.788	661.056	799.788
Lucros Acumulados		1.600.261	-	1.600.261	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.941.871	5.086.076	5.941.871	5.086.076
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		16.265.199	15.681.247	12.350.847	11.864.383

As Notas Explicativas condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2012 E 2011

(Em Milhares de Reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
RECEITA	22	3.931.244	3.351.586	3.303.816	2.861.742
CUSTOS DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	23				
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(198.853)	(179.159)	(200.445)	(185.085)
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(429.297)	(428.971)	(421.422)	(428.940)
		(628.150)	(608.130)	(621.867)	(614.025)
CUSTOS	23				
Pessoal e Administradores		(163.536)	(166.976)	(151.784)	(155.962)
Materiais		(16.648)	(11.392)	(13.987)	(8.323)
Serviços de Terceiros		(87.171)	(76.632)	(63.235)	(68.263)
Depreciação e Amortização		(257.541)	(274.303)	(234.134)	(253.825)
(Provisões) Operacionais		(2.708)	(9.323)	(1.656)	(9.322)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos		(134.914)	(107.768)	(133.900)	(107.389)
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão		(77.385)	(50.784)	(70.079)	(35.787)
Outros custos de operação		(14.432)	(17.790)	(8.342)	(13.920)
		(754.335)	(714.968)	(677.117)	(652.791)
TOTAL DOS CUSTOS DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		(1.382.485)	(1.323.098)	(1.298.984)	(1.266.816)
LUCRO BRUTO		2.548.759	2.028.488	2.004.832	1.594.926
DESPESA OPERACIONAL	23				
Despesas com Vendas		(559)	-	(559)	-
Despesas Gerais e Administrativas		(150.951)	(108.210)	(124.393)	(95.181)
Outras Despesas Operacionais		(91.138)	(43.180)	(83.148)	(37.864)
		(242.648)	(151.390)	(208.100)	(133.045)
RESULTADO DO SERVIÇO (LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL, RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS)		2.306.111	1.877.098	1.796.732	1.461.881
Ganho na Emissão de Ações	12	253.538	-	-	-
Resultado de Equivalência Patrimonial		(2.201)	-	485.097	210.177
Receitas Financeiras	24	191.683	209.956	105.070	181.825
Despesas Financeiras	24	(679.627)	(696.360)	(436.959)	(563.423)
Resultado antes dos Impostos		2.069.504	1.390.694	1.949.940	1.290.460
Imposto de Renda e Contribuição Social	9b	(596.395)	(363.092)	(542.972)	(345.199)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9b	(11.407)	(38.450)	54.734	43.891
RESULTADO DO EXERCÍCIO		1.461.702	989.152	1.461.702	989.152
Lucro Básico por ação preferencial e ordinária		0,5046	0,3415	0,5046	0,3415
Lucro Diluído por ação preferencial e ordinária		0,5046	0,3415	0,5046	0,3415

As Notas Explicativas condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS TERCEIROS TRIMESTRES DE 2012 E 2011

(Em Milhares de Reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/12	Jul a Set/11 Reclassificado	Jul a Set/12	Jul a Set/11
RECEITA	1.480.602	1.297.129	1.143.020	1.010.615
CUSTOS DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA				
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA				
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(67.896)	(64.301)	(67.211)	(66.323)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(186.792)	(147.609)	(183.502)	(147.590)
	(254.688)	(211.910)	(250.713)	(213.913)
CUSTO DE OPERAÇÃO				
Pessoal e Administradores	(53.273)	(58.037)	(49.441)	(53.943)
Materiais	(10.713)	(3.564)	(9.236)	(2.646)
Serviços de Terceiros	(33.256)	(28.029)	(22.360)	(24.208)
Depreciação e Amortização	(78.862)	(130.287)	(68.189)	(120.635)
(Provisões) Operacionais	(3.746)	(7.598)	(1.850)	(7.597)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(43.056)	(37.334)	(42.728)	(37.275)
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão	(31.708)	(22.602)	(27.551)	(19.337)
Outros custos de operação	(4.251)	(1.790)	(2.404)	(150)
	(258.865)	(289.241)	(223.759)	(265.791)
CUSTO TOTAL	(513.553)	(501.151)	(474.472)	(479.704)
LUCRO BRUTO	967.049	795.978	668.548	530.911
DESPESA OPERACIONAL				
Despesas com Vendas	7.143	-	7.143	-
Despesas Gerais e Administrativas	(46.543)	(4.478)	(44.041)	(2.584)
Outras Despesas Operacionais	(26.806)	(12.609)	(24.845)	(8.795)
	(66.206)	(17.087)	(61.743)	(11.379)
RESULTADO DO SERVIÇO (LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL, RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS)	900.843	778.891	606.805	519.532
Ganho na Emissão de Ações	253.538	-	-	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	(743)	-	410.416	152.168
Receitas Financeiras	72.914	73.795	45.184	64.852
Despesas Financeiras	(227.512)	(228.707)	(157.598)	(185.794)
Resultado antes dos Impostos	999.040	623.979	904.807	550.758
Imposto de Renda e Contribuição Social	(195.730)	(104.586)	(175.636)	(95.198)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(61.961)	(41.913)	12.178	21.920
RESULTADO DO EXERCÍCIO	741.349	477.480	741.349	477.480
Lucro Básico por ação preferencial e ordinária	0,2559	0,1648	0,2559	0,1648
Lucro Diluído por ação preferencial e ordinária	0,2559	0,1648	0,2559	0,1648

As Notas Explicativas condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2012 E 2011

(Em Milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
RESULTADO DO PERÍODO	1.461.702	989.152	1.461.702	989.152
OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE				
Equivalência patrimonial sobre resultado abrangente em controlada em conjunto	-	-	(173)	(329)
Ajuste de Avaliação Patrimonial – Hedge de Fluxo de Caixa	(263)	(498)	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	90	169	-	-
	(173)	(329)	(173)	(329)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	1.461.529	988.823	1.461.529	988.823

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/2012	Jul a Set/2011	Jul a Set/2012	Jul a Set/2011
RESULTADO DO PERÍODO	741.349	477.480	741.349	477.480
OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE				
Equivalência patrimonial sobre resultado abrangente em controlada em conjunto	-	-	(64)	(147)
Ajuste de Avaliação Patrimonial – Hedge de Fluxo de Caixa	(98)	(222)	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	34	75	-	-
	(64)	(147)	(64)	(147)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	741.285	477.333	741.285	477.333

As Notas Explicativas condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2012 E 2011

(Em Milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação	Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	3.296.785	844.198	909.662	-	5.050.645
Resultado do Período	-	-	-	989.152	989.152
Outros Resultados Abrangentes:					
Ajuste de Avaliação Patrimonial – Hedge de Fluxo de Caixa	-	-	(329)	-	(329)
Total do resultado abrangente do período	-	-	(329)	989.152	988.823
Realização da Reserva de Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	(125.139)	125.139	-
Dividendos Intermediários (R\$0,17 por ação)	-	-	-	(486.000)	(486.000)
Juros Sobre Capital Próprio (R\$0,06 por ação)	-	-	-	(185.042)	(185.042)
Dividendos de 2010 excedentes ao dividendo mínimo estatutário (R\$0,18 por ação)	-	(523.879)	-	-	(523.879)
SALDOS EM 30 SETEMBRO DE 2011	3.296.785	320.319	784.194	443.249	4.844.547
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	3.296.785	989.503	799.788	-	5.086.076
Resultado do Período	-	-	-	1.461.702	1.461.702
Outros Resultados Abrangentes:					
Ajuste de Avaliação Patrimonial – Hedge de Fluxo de Caixa	-	-	(173)	-	(173)
Total do resultado abrangente do período	-	-	(173)	1.461.702	1.461.529
Dividendos Declarados (R\$0,21 por ação)	-	(605.734)	-	-	(605.734)
Realização da Reserva de Ajustes de Avaliação Patrimonial (custo atribuído)	-	-	(138.559)	138.559	-
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2012	3.296.785	383.769	661.056	1.600.261	5.941.871

(*) As demonstrações das mutações do patrimônio líquido do consolidado refletem substancialmente as mutações de sua controladora.

As Notas Explicativas condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2012 E 2011

(Em Milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2012	30/09/2011 Reclassificado	30/09/2012	30/09/2011 Reclassificado
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado do Período	1.461.702	989.152	1.461.702	989.152
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa e Equivalentes de Caixas				
Depreciação e Amortização	260.750	277.106	236.778	256.049
Equivalência Patrimonial	2.201	-	(485.097)	(210.177)
Juros e Variações Monetárias	181.991	292.746	358.037	514.531
Impostos Federais	607.802	401.542	488.238	301.308
Ganhos na Emissão de Ações	(253.538)	-	-	-
Provisões para Perdas Operacionais	3.267	8.637	2.215	9.322
Obrigações Pós-Emprego	37.695	39.235	37.695	39.235
Outros	2.827	13.392	2.295	6.282
	<u>2.304.697</u>	<u>2.021.810</u>	<u>2.101.863</u>	<u>1.905.702</u>
(Aumento) Redução de Ativos				
Consumidores e Revendedores	(38.286)	(41.515)	(29.328)	(37.084)
Tributos Compensáveis	(9.286)	(1.857)	638	2.482
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.463	(244.732)	(1.094)	(212.271)
Transporte de Energia	(18.873)	(17.275)	(1.031)	(6.576)
Depósito Judiciais	(10.083)	(26.702)	(3.689)	(25.444)
Dividendos Recebidos	-	-	126.683	465.047
Ativo Financeiro da Concessão	864.654	298.667	35.460	32.817
Outros	(27.770)	(32.956)	(39.600)	(45.109)
	<u>761.819</u>	<u>(66.370)</u>	<u>88.039</u>	<u>173.862</u>
Aumento (Redução) de Passivos				
Fornecedores	65.946	32.515	16.704	39.022
Impostos, Taxas e Contribuições	97.705	59.277	5.133	41.774
Imposto de Renda e Contribuição Social	(508.267)	(19.431)	(481.447)	10.714
Salários e Contribuições Sociais	(1.162)	(1.506)	(2.547)	(4.370)
Encargos Regulatórios	18.128	(21.027)	11.850	(23.648)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(279.402)	(407.290)	(419.118)	(362.777)
Obrigações Pós-Emprego	(33.785)	(32.116)	(33.785)	(32.116)
Outros	(20.740)	92.638	(2.062)	(839)
	<u>(661.577)</u>	<u>(296.940)</u>	<u>(905.272)</u>	<u>(332.240)</u>
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO) PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2.404.939	1.658.500	1.284.630	1.747.324
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Títulos e Valores Mobiliários	(1.729.858)	238.800	(687.249)	238.800
Caixa Líquido Recebido na Diluição de Controlada em conjunto	610.219	-	-	-
Aquisição de Controlada em conjunto, líquida do caixa adquirido	(285.688)	-	-	-
No Ativo Financeiro	(567.881)	(50.784)	(70.079)	(35.787)
Em Investimentos	(22.355)	-	(248.976)	(396.669)
No Imobilizado	(328.584)	(387.694)	(56.225)	(51.189)
No Intangível	(234.274)	(27.206)	(80)	(646)
	<u>(2.558.421)</u>	<u>(226.884)</u>	<u>(1.062.609)</u>	<u>(245.491)</u>

As Notas Explicativas condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2012	30/09/2011 Reclassificado	30/09/2012	30/09/2011 Reclassificado
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Obtenção de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	2.767.378	122.944	2.362.468	-
Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(2.707.976)	(163.323)	(2.663.709)	(129.745)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	(439.023)	(871.330)	(439.001)	(871.330)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(379.621)	(911.709)	(740.242)	(1.001.075)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(533.103)	519.907	(518.221)	500.758
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
No início do período	1.550.033	1.761.817	1.150.309	1.402.213
No fim do período	1.016.930	2.281.724	632.088	1.902.971
	(533.103)	519.907	(518.221)	500.758
PAGAMENTOS EFETUADOS NO PERÍODO:				
Juros sobre empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(462.134)	(410.747)	(419.118)	(365.474)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(502.182)	(354.562)	(461.534)	(335.671)

As Notas Explicativas condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2012 E 2011

(Em Milhares de Reais)

	Consolidado				Controladora			
	30/09/2012		30/09/2011 Reclassificado		30/09/2012		30/09/2011 Reclassificado	
RECEITAS								
Venda de Energia e Serviços	4.843.967		4.153.278		4.166.371		3.642.140	
Receita de Construção	77.527		50.784		70.079		35.787	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(559)		-		(559)		-	
	<u>4.920.935</u>		<u>4.204.062</u>		<u>4.235.891</u>		<u>3.677.927</u>	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(468.719)		(428.971)		(460.844)		(428.940)	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(217.893)		(179.159)		(219.381)		(185.085)	
Serviços de Terceiros	(132.283)		(101.310)		(94.432)		(85.932)	
Materiais	(13.724)		(13.411)		(10.657)		(9.927)	
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão	(77.385)		(50.784)		(70.079)		(35.787)	
Outros Custos Operacionais	(38.962)		(29.595)		(32.888)		(28.698)	
	<u>(948.966)</u>		<u>(803.230)</u>		<u>(888.281)</u>		<u>(774.369)</u>	
VALOR ADICIONADO BRUTO	3.971.969		3.400.832		3.347.610		2.903.558	
RETENÇÕES								
Depreciação e Amortização	(260.750)		(277.106)		(236.778)		(256.049)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	3.711.219		3.123.726		3.110.832		2.647.509	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA								
Ganho na Emissão de Ações	253.538		-		-		-	
Resultado de Equivalência Patrimonial	(2.201)		-		485.097		210.177	
Receitas Financeiras	186.625		213.902		99.744		185.743	
	<u>437.962</u>		<u>213.902</u>		<u>584.841</u>		<u>395.920</u>	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	4.149.181		3.337.628		3.695.673		3.043.429	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		%		%		%		%
Empregados	266.125	6,41	223.217	6,69	244.051	6,60	206.469	6,78
Remuneração direta	184.684	4,45	155.140	4,65	166.880	4,52	141.246	4,64
Benefícios	61.404	1,48	54.202	1,62	58.120	1,57	52.156	1,71
FGTS	12.250	0,30	11.128	0,33	11.263	0,30	10.320	0,34
Outras	7.787	0,19	2.747	0,08	7.788	0,21	2.747	0,09
Impostos, Taxas e Contribuições	1.731.122	41,72	1.411.544	42,29	1.544.825	41,80	1.268.405	41,68
Federais	1.379.654	33,25	1.111.051	33,29	1.198.956	32,44	970.338	31,88
Estaduais	348.612	8,40	298.654	8,95	344.694	9,33	296.975	9,76
Municipais	2.856	0,07	1.839	0,06	1.175	0,03	1.092	0,04
Remuneração de Capitais de Terceiros	690.232	16,64	713.715	21,38	445.095	12,04	579.403	19,04
Juros	674.555	16,26	700.286	20,98	431.633	11,68	567.349	18,64
Aluguéis	15.677	0,38	13.429	0,40	13.462	0,36	12.054	0,40
Remuneração de Capitais Próprios	1.461.702	35,23	989.152	29,64	1.461.702	39,56	989.152	32,50
Juros Sobre Capital Próprio/Dividendos	-	-	671.042	20,11	-	-	671.042	22,05
Lucros Acumulados	1.461.702	35,23	318.110	9,53	1.461.702	39,56	318.110	10,45
	<u>4.149.181</u>	<u>100,00</u>	<u>3.337.628</u>	<u>100,00</u>	<u>3.695.673</u>	<u>100,00</u>	<u>3.043.429</u>	<u>100,00</u>

As Notas Explicativas condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2012

(Em Milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia” ou “Cemig Geração e Transmissão”) é uma Sociedade Anônima de Capital Aberto, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em bolsa de valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG.

A Companhia tem por objeto social: (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar Sistemas de Geração, Transmissão e Comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito ou a empresas das quais mantenha o controle acionário; (ii) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; (iii) prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior e (iv) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social.

A Companhia possui participação em 52 Usinas, sendo 46 Usinas Hidrelétricas, 4 Eólicas e 2 Termelétricas e Linhas de Transmissão pertencentes, na maior parte, à Rede Básica do Sistema Brasileiro de Geração e Transmissão.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de Conformidade

As Informações Contábeis Intermediárias individuais foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, e as Informações Contábeis Intermediárias consolidadas foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1)– Demonstração Intermediária e de acordo com a Norma Internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Contábeis Intermediárias.

Estas Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis anuais em 31 de dezembro de 2011. Dessa forma, estas Informações Contábeis Intermediárias devem ser lidas, em conjunto, com as referidas Demonstrações Contábeis, aprovadas pela Diretoria Executiva em 06 de março de 2012 e arquivadas na CVM em 28 de março de 2012.

As Informações Contábeis Intermediárias individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o caso do consolidado, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para Informações Contábeis Intermediárias separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o Patrimônio Líquido e o resultado consolidado apresentado de forma consolidada e o Patrimônio Líquido e resultado da controladora em suas Demonstrações Contábeis individuais. Assim sendo, as Informações Contábeis Intermediárias consolidadas da Companhia e as Informações Contábeis Intermediárias individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de Informações Contábeis Intermediárias.

2.2 Reclassificação de Saldos Contábeis

Conta de origem	Consolidado	Controladora	Conta de Reclassificação	Consolidado	Controladora
Demonstração de Resultado	30/09/2011	30/09/2011	Demonstração de Resultado	30/09/2011	30/09/2011
				(Não Revisado)	(Não Revisado)
			Despesas Financeiras	(696.360)	(563.423)
			Receitas Financeiras	209.956	181.825
			Receita	(18.819)	-
			Depreciação e Amortização	(3.300)	-
Despesa Financeira Líquida	(508.523)	(403.717)	Resultado de Equivalência Patrimonial	(508.523)	(22.119)
	(508.523)	(403.717)			
Demonstração do Fluxo de Caixa	30/09/2011	30/09/2011	Demonstração do Fluxo de Caixa	30/09/2011	30/09/2011
				(Não Revisado)	(Não Revisado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Imposto de Renda e Contribuição social	(363.092)	(345.199)	Impostos Federais	363.092	345.199
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(566.576)	(448.952)	Juros e Variações Monetárias	566.576	448.952
Depreciação e Amortização	3.300	-	Outros	(3.300)	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	22.119	Em Investimentos	-	(22.119)
Ativo Financeiro da concessão	355.937	-	Juros e Variações Monetárias	(355.937)	-
Demonstração do Valor Adicionado	30/09/2011	30/09/2011	Demonstração do Valor Adicionado	30/09/2011	30/09/2011
				(Não Revisado)	(Não Revisado)
Venda de Energia e Serviços	(50.784)	(35.787)	Receita de Construção	50.784	35.787
	(50.784)	(35.787)		50.784	35.787
Venda de Energia e Serviços	(18.819)	-		-	-
Depreciação e Amortização	(3.300)	-		-	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	(22.119)	Juros	(22.119)	(22.119)
	(22.119)	(22.119)		(22.119)	(22.119)
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão	-	(25.860)	Materiais	-	25.860
	-	(25.860)		-	25.860
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	30/09/2011	30/09/2011	Demonstrações das Mutações Do Patrimônio Líquido	30/09/2011	30/09/2011
				(Não Revisado)	(Não Revisado)
Reservas Ajustes Conversão			Reserva de Ajustes de Avaliação		
Ajuste de Avaliação Patrimonial – Hedge de Fluxo de Caixa	(329)	-	Ajuste de Avaliação Patrimonial – Hedge de Fluxo de Caixa	329	-
	(329)	-		329	-
Demonstrações de Resultados Abrangentes	30/09/2011	30/09/2011	Demonstrações de Resultados Abrangentes	30/09/2011	30/09/2011
				(Não Revisado)	(Não Revisado)
Outros Componentes Do Resultado Abrangente			Outros Componentes do Resultado Abrangente		
			Ajuste de Avaliação Patrimonial – Hedge de Fluxo de Caixa	(498)	(498)
Ajuste de Avaliação Patrimonial – Hedge de Fluxo de Caixa	(329)	(329)	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	169	169
	(329)	-		(329)	(329)

As reclassificações acima apresentadas foram realizadas para proporcionar um melhor entendimento dos seguintes itens:

Na Demonstração de Resultados

- Resultado Financeiro Líquido: Parte da reclassificação refere-se à segregação entre Receita Financeira e Despesa Financeira. O resultado com ajuste a valor presente foi apresentado pelo líquido. O ajuste a valor presente é feito para as debêntures de Irapé e para as concessões onerosas por terem taxas diferentes das praticadas no mercado;

Na Demonstração do Valor Adicionado

- Reclassificação da Receita de Construção alocada anteriormente dentro das contas Receita de Venda de Energia.

Os demais itens foram segregados para melhor apresentação dos seus efeitos nas Informações Contábeis Intermediárias.

2.3 Correlação entre Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Contábeis Anuais Completas e as Demonstrações Intermediárias

Segue abaixo a correlação entre notas explicativas divulgadas nas demonstrações contábeis anuais completas de 31 de dezembro de 2011 e as demonstrações intermediárias de 30 de setembro de 2012.

A Companhia entende que as atualizações relevantes referentes à sua situação patrimonial e ao seu desempenho no trimestre e acumulado no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 estão apresentadas nestas Informações trimestrais, estando em conformidade com os requerimentos de divulgação do Ofício Circular SNC/SEP 003/2011 emitido pela CVM.

Número das notas explicativas		Título das Notas Explicativas
Anual de 2011	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS DO 3T-2012	
1	1	Contexto Operacional
2	2	Base de Preparação
3	3	Princípios de Consolidação
5	4	Caixa e Equivalentes De Caixa
6	5	Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira
7	6	Consumidores e Revendedores
8	7	Tributos Compensáveis
9	8	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar
10	9	Imposto de Renda e Contribuição Social
11	10	Depósitos Vinculados a Litígios
12	11	Ativos Financeiros da Concessão
13	12	Investimentos
14	13	Imobilizado
15	14	Intangíveis
16	15	Fornecedores
17	16	Impostos, Taxas e Contribuições E Imposto de Renda e Contribuição Social
18	17	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures
19	18	Encargos Regulatórios
20	19	Obrigações Pós-Emprego
21	20	Provisões para Contingências
22	21	Patrimônio Líquido e Remuneração aos Acionistas
23	22	Receita
24	23	Custos e Despesas Operacionais
25	24	Receitas e Despesas Financeiras
26	25	Transações com Partes Relacionadas
27	26	Instrumentos Financeiros e Gestão De Riscos
28	27	Mensuração Pelo Valor Justo
32	28	Demonstrações do Valor Adicionado - DVA
33	29	Informações por Segmentos Operacionais
34	30	Demonstrações Segregadas por Empresa
35	-	Eventos Subsequentes

As notas explicativas do relatório anual de 2011 que foram suprimidas nas Informações Contábeis Intermediárias pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não ser aplicável às informações intermediárias são as seguintes:

Número das notas	Título das Notas Explicativas
4	Das Concessões
29	Seguros
30	Obrigações Contratuais
31	Revisão Tarifária de Transmissão

3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As datas das Informações Contábeis Intermediárias das sociedades controladas e controladas em conjunto utilizadas para cálculo de equivalência patrimonial e consolidação coincidem com as da Companhia.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e proporcional, conforme o quadro a seguir:

	Forma de Consolidação	Participação direta no capital total - %	
		30/09/2012	30/09/2011
Controlada			
Cemig Baguari Energia S.A.	Integral	100,00	100,00
Controladas em conjunto			
Hidrelétrica Cachoeirão S.A.	Proporcional	49,00	49,00
Guanhães Energia S.A.	Proporcional	49,00	49,00
Hidrelétrica Pipoca S.A.	Proporcional	49,00	49,00
Madeira Energia S.A.	Proporcional	10,00	10,00
Baguari Energia S.A.	Proporcional	69,39	69,39
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.	Proporcional	49,00	49,00
Central Eólica Praias de Parajuru S.A.	Proporcional	49,00	49,00
Central Eólica Volta do Rio S.A.	Proporcional	49,00	49,00
Central Eólica Praias de Morgado S.A.	Proporcional	49,00	49,00
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. – TAESA (*)	Proporcional	43,36	56,69
Lightger	Proporcional	49,00	49,00
Amazônia Energia Participações S.A.	Proporcional	74,50	-

(*) Vide explicações da redução na participação na nota 12.

A participação é dada sobre o capital total da controlada e controladas em conjunto. Entidades controladas em conjunto são aquelas nas quais a Companhia possui controle compartilhado, suportado por acordo de acionistas.

A controlada em conjunto Amazônia Energia, possui investimentos na Norte Energia S.A., os quais são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Em decorrência disso, o efeito proporcional do resultado com equivalência, no montante de R\$2.201, é reconhecido na Demonstração de Resultado da Cemig Geração e Transmissão por meio da consolidação proporcional da controlada em conjunto Amazônia Energia.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Contas Bancárias	47.064	38.748	3.169	2.039
Aplicações Financeiras:				
Certificados de Depósitos Bancários	969.866	1.236.107	628.919	976.474
Letras Financeiras do Tesouro	-	49.385	-	33.702
Letras do Tesouro Nacional	-	22.004	-	6.551
Letras Financeiras – Bancos	-	124.400	-	97.959
Outros	-	79.389	-	33.584
	969.866	1.511.285	628.919	1.148.270
	1.016.930	1.550.033	632.088	1.150.309

A exposição da Companhia a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 26 destas Informações Contábeis Intermediárias.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS – APLICAÇÃO FINANCEIRA

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado.

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Certificados de depósitos bancários	1.200.025	170.492	636.729	170.239
Letras Financeiras Bancos	263.585	-	149.426	-
Letras Financeiras do Tesouro	40.676	-	21.335	-
Letras do Tesouro Nacional	79.592	-	-	-
Operações Compromissadas	186.367	-	-	-
Outros	130.105	-	49.998	-
	1.900.350	170.492	857.488	170.239
Circulante	1.761.719	170.492	802.810	170.239
Não Circulante	138.631	-	54.678	-

6. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total Consolidado	
				30/09/2012	31/12/2011
Consolidado					
Industrial	235.943	19.425	9.455	264.823	255.369
Comércio, Serviços e Outras	3.114	-	-	3.114	2.419
Suprimento a Outras Concessionárias	149.966	35.725	6.395	192.086	190.262
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	40.545	2.646	6.900	50.091	23.779
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(5.187)	(5.187)	(4.629)
	429.568	57.796	17.563	504.927	467.200

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total Controladora	
				30/09/2012	31/12/2011
Controladora					
Industrial	227.617	19.425	9.455	256.497	247.682
Comércio, Serviços e Outras	3.028	-	-	3.028	2.331
Suprimento a Outras Concessionárias	137.173	35.725	6.395	179.293	185.787
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	40.542	2.646	6.900	50.088	23.779
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(5.187)	(5.187)	(4.629)
	408.360	57.796	17.563	483.719	454.950

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na Nota Explicativa nº 26 destas Informações Contábeis Intermediárias.

7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Circulante				
ICMS a Recuperar	24.749	19.186	18.965	18.093
PASEP	4.666	6.109	631	1.842
COFINS	20.163	28.804	2.971	8.563
Outros	3.750	2.100	1.226	1.136
	53.328	56.199	23.793	29.634
Não Circulante				
ICMS a Recuperar	27.466	27.192	24.449	24.716
PASEP	1.258	848	1.191	750
COFINS	5.792	3.907	5.484	3.455
Outros	2.230	-	-	-
	35.746	31.947	34.124	28.921
	89.074	88.146	57.917	58.555

Os créditos de PASEP/COFINS a recuperar no Ativo Não Circulante, decorrentes de aquisições de ativo imobilizado, podem ser compensados em 48 meses, a partir da data de sua formação.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e a antecipações em 2012 que serão compensadas com Tributos Federais a pagar apurados para o ano de 2012, registrados na rubrica de Impostos de Renda e contribuições Sociais no Passivo Circulante.

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Circulante				
Imposto de Renda	34.580	41.580	23.034	22.214
Contribuição Social	5.624	7.194	4.929	4.655
	40.204	48.774	27.963	26.869
Não Circulante				
Imposto de Renda	3.130	4.012	-	-
Contribuição Social	9.595	45	-	-
	12.725	4.057	-	-
	52.929	52.831	27.963	26.869

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

A Companhia possui créditos tributários registrados de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Créditos Tributários:				
Prejuízo Fiscal / Base negativa	10.486	8.446	-	-
Obrigações Pós-Emprego	87.750	83.995	87.750	83.995
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.764	1.574	1.764	1.574
Variação Cambial	35.666	35.666	35.666	35.666
Taxa Administração	741	741	741	741
Concessão onerosa	61.537	58.049	61.014	58.049
Tributos Exigibilidade Suspensa	25.308	25.308	25.308	25.308
Provisões	5.212	4.878	5.212	4.878
Ágio	234.335	324.808	-	-
Outros	52.461	34.313	13.240	5.139
	515.260	577.778	230.695	215.350
Obrigações				
Imposto de Renda	(555.895)	(551.562)	(363.114)	(385.743)
Contribuição Social	(198.308)	(196.894)	(130.721)	(138.867)
	(754.203)	(748.456)	(493.835)	(524.610)
Total do Ativo Apresentado no Balanço Patrimonial	36.076	577.778	-	215.350
Total do Passivo Apresentado no Balanço Patrimonial	(275.019)	(748.456)	(263.140)	(524.610)

b) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na Demonstração de Resultado é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	2.069.504	1.390.694	1.949.940	1.290.460
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal Esperada	(703.632)	(472.836)	(662.979)	(438.757)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Juros Sobre o Capital Próprio	-	62.914	-	62.914
Incentivos Fiscais	44.544	26.234	10.342	8.416
Resultado de Equivalência Patrimonial	(748)	-	164.933	78.981
Contribuições e Doações Indedutíveis	(2.372)	(1.988)	(2.372)	(1.988)
Outros	54.406	(15.866)	1.838	(10.874)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Efetiva	(607.802)	(401.542)	(488.238)	(301.308)
Imposto Corrente	(596.395)	(363.092)	(542.972)	(345.199)
Imposto Diferido	(11.407)	(38.450)	54.734	43.891
	(607.802)	(401.542)	(488.238)	(301.308)
Alíquota Efetiva	29,37%	28,87%	25,04%	23,35%

10. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os Depósitos Vinculados a Litígios referem-se, principalmente, a contingências trabalhistas e obrigações fiscais.

Os principais Depósitos Vinculados a Litígio, relativos às obrigações fiscais, referem-se ao Imposto de Renda na Fonte sobre Juros sobre Capital Próprio e ao PASEP/COFINS – referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP e COFINS.

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Trabalhista	37.799	35.874	37.635	35.615
Obrigações Fiscais				
Imposto de Renda sob JCP	8.014	8.014	8.014	8.014
PASEP/COFINS	101.233	101.233	101.233	101.233
Outros	2.808	2.861	2.808	2.861
	112.055	112.108	112.055	112.108
Outros				
Bloqueio Judicial	3.937	2.252	3.937	2.252
Outros	11.698	6.873	572	535
	15.635	9.125	4.509	2.787
	165.489	157.107	154.199	150.510

Os saldos de depósitos judiciais relativos à PASEP/COFINS possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 16 destas Informações Contábeis Intermediárias.

11. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2, item 2.6 (g) das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2011, os contratos de concessão de transmissão da Companhia e suas controladas em conjunto estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRC 12), que trata de contabilidade de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e no contrato de concessão assinado entre a Cemig Geração e Transmissão, suas controladas em conjunto e a ANEEL.

Em 11 de setembro de 2012 foi editada a Medida Provisória 579, que trata das renovações das concessões. Maiores detalhes vide nota 31.

Os saldos dos ativos financeiros são como segue:

	Consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011
Concessões de transmissão novas	3.437.199	3.735.412
Concessões de transmissão antigas	792.957	758.338
	4.230.156	4.493.750
Circulante	502.867	696.199
Não Circulante	3.727.289	3.797.551

A movimentação dos ativos financeiros é como segue:

	Saldo em 31/12/2011	Adições	Juros	Diminuição de Participação TAESA	Valor Recebido	Saldo em 30/09/2012
Ativos Financeiros da Concessão	4.493.750	567.881	341.773	(669.945)	(503.303)	4.230.156

12. INVESTIMENTOS

O quadro abaixo apresenta os investimentos em controladas e controladas em conjunto. O montante de investimentos apresentado no Balanço consolidado, refere-se a Amazônia Energia.

	Controladora	
	30/09/2012	31/12/2011
Hidrelétrica Cachoeirão	30.406	26.702
Guanhães Energia	19.968	10.443
Hidrelétrica Pipoca	22.192	19.511
Cemig Baguari Energia	21	22
Madeira Energia	357.565	165.558
Lightger	40.156	39.084
Baguari Energia	193.512	198.041
EBTE	149.626	143.770
Central Eólica Praias de Parajuru	60.270	61.547
Central Eólica Volta do Rio	60.492	82.392
Central Eólica Praias de Morgado	75.573	63.629
TAESA	2.314.043	2.060.362
Amazônia Energia	129.672	109.518
	3.453.496	2.980.579

a) Ágio na aquisição de Participação

O ágio na aquisição das empresas pela Companhia, correspondente à diferença entre o valor pago e o valor contábil da participação no Patrimônio Líquido das Controladas em Conjunto, decorre da mais valia das concessões. A amortização dos ágios ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões.

b) A movimentação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto é a seguinte:

Sociedades	31/12/2011	Equivalência Patrimonial	Aportes/Aquisições	Dividendos Declarados	Outros	30/09/2012
Hidrelétrica Cachoeirão	26.702	5.385	-	(1.681)	-	30.406
Guanhães Energia	10.443	23	9.502	-	-	19.968
Hidrelétrica Pipoca	19.511	2.681	-	-	-	22.192
Cemig Baguari Energia	22	(41)	40	-	-	21
Madeira Energia	165.558	(24.893)	217.073	-	(173)	357.565
Baguari Energia	198.041	12.011	-	(16.540)	-	193.512
EBTE	143.770	5.856	-	-	-	149.626
Central Eólica Praias de Parajuru	61.547	(1.306)	-	-	29	60.270
Central Eólica Volta do Rio	82.392	(6.819)	-	-	-	75.573
Central Eólica Praias de Morgado	63.629	(3.137)	-	-	-	60.492
TAESA (*)	2.060.362	496.616	-	(242.935)	-	2.314.043
Lightger	39.084	1.072	-	-	-	40.156
Amazônia Energia	109.518	(2.351)	22.505	-	-	129.672
	2.980.579	485.097	249.120	(261.156)	(144)	3.453.496

(*) No valor da equivalência patrimonial está contemplado um montante de R\$253.538 referente ao ganho na emissão de ações da Taesa.

c) As principais informações sobre as controladas e controladas em conjunto estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia:

Sociedades Controladas em Conjunto	Quantidade de Ações	Em 30 de setembro de 2012			Janeiro a setembro de 2012	
		Participação (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	62.054	3.430	10.989
Guanhães Energia	52.000.000	49,00	39.000	40.750	-	46
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	49,00	41.360	45.291	-	5.797
Cemig Baguari Energia	1.000	100,00	1	21	-	(40)
Madeira Energia	3.358.677.500	10,00	4.351.833	3.575.646	-	(248.930)
Baguari Energia	1.000.000	69,39	10	278.885	23.838	17.552
EBTE	263.058.339	49,00	263.058	305.360	-	13.177
Central Eólica Praias de Parajuru	70.560.000	49,00	70.560	70.284	-	(275)
Central Eólica Volta do Rio	117.230.000	49,00	117.230	117.290	-	(10.734)
Central Eólica Praias de Morgado	52.960.000	49,00	52.960	49.694	-	(2.068)
Lightger	79.232.000	49,00	79.232	81.950	-	2.189
TAESA	263.498.907	43,36	3.034.768	3.648.568	428.532	482.639
Amazônia Energia	148.001.603	74,50	148.101	174.056	-	(3.388)

Operação de Reestruturação Societária com a Taesa

Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão

Em 17 de maio de 2012, celebrou-se um Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão com a controlada em conjunto Taesa, por meio do qual será transferida para aquela Companhia, a totalidade das participações acionárias detidas pela CEMIG GT na EBTE (49%). Com a transferência a Taesa passará a deter 74,49% da EBTE (considerando participação de 49% cedida pela Cemig Geração e Transmissão e participação indireta por meio da EATE de 51%, observado que a Taesa possui 49,98% das ações da EATE) (em conjunto “Grupo TBE”), conforme descrito abaixo.

Neste mesmo acordo, a Companhia Energética de Minas Gerais “CEMIG” (Controladora da Companhia) transferirá para a Taesa, a totalidade das ações das empresas de transmissão de energia elétrica do Grupo TBE: ETEP (49,98%); ENTE (49,99%); ERTE (49,99%); EATE (49,98%) e ECTE (19,09%).

A conclusão da referida operação de reestruturação societária, bem como a efetiva transferência dos ativos acima indicados ainda está sujeita à implementação de determinadas condições suspensivas para produzir plenos efeitos, destacando-se a anuência dos credores da Companhia, e a aprovação da operação pela ANEEL. Além disso, a referida aquisição deverá ser aprovada pelo CADE.

Conforme previsto no Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão, a Taesa não poderá alienar, ceder ou transferir sua participação nas sociedades do Grupo TBE pelo período de 120 meses a contar da data da efetiva transferência das referidas participações societárias, salvo se previamente autorizada pela CEMIG. Durante o período acima mencionado, a Taesa poderá realizar a alienação, cessão ou transferência, total ou parcial, de qualquer participação acionária que detenha nas sociedades do Grupo TBE, desde que transfira à CEMIG a diferença positiva obtida na referida alienação, cessão ou transferência, comparando-se o valor da alienação, cessão ou transferência ao valor da transferência das sociedades do Grupo TBE para a Taesa, devidamente atualizado pela variação da taxa SELIC divulgada pelo Banco Central do Brasil até o dia da efetivação da alienação, cessão ou transferência.

Instrumento particular de assunção de obrigações – alteração acordos de acionistas

Em 29 de junho de 2012 a controlada em conjunto Taesa, juntamente com a Alupar Investimento S.A. (controladora em conjunto com a CEMIG e com a CEMIG GT das empresas do Grupo TBE), assinou instrumento particular de assunção de obrigações (“Instrumento”). O Instrumento determina que em 02 de janeiro de 2013 (ou na data da transferência das participações nas empresas do Grupo TBE para a Taesa, o que ocorrer por último), entrem em vigor as versões aditadas dos Acordos de Acionistas das empresas do Grupo TBE e que as alterações dos respectivos estatutos sejam votadas pela Alupar Investimento S.A. e pela Taesa. Com base no exposto, a Taesa entende que deixará de deter o controle compartilhado das empresas do Grupo TBE quando os referidos acordos de acionistas aditados entrarem em vigor, passando deter influência significativa nestas empresas.

Aquisição das empresa TBE - aprovações até o momento

Em 25 de julho de 2012, foi protocolado junto à ANEEL o pedido de anuência prévia para a transferência de percentual acionário das concessões, objeto de reestruturação societária. Em 04 de outubro de 2012 a Companhia atualizou a documentação encaminhada à ANEEL, de forma a prosseguir com o processo em evidência. Atualmente o processo encontra-se em análise da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF/ANEEL, que deverá manifestar seu posicionamento acerca da operação até dezembro do corrente ano.

Aquisição de 50% remanescentes das ações da UNISA pela TAESA

Em 03 de julho de 2012, a TAESA concluiu a aquisição dos 50% remanescentes das ações detidas pela Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. no capital social da UNISA. Essa operação foi aprovada pelo CADE em 04 de julho de 2012. A UNISA era uma empresa controlada em conjunto pela TAESA e a Abengoa e, em 03 de julho de 2012, passou a ser uma subsidiária integral da TAESA. O valor total da contraprestação transferida pela aquisição da referida participação foi de R\$ 876.865, que é composto pelo valor pago em caixa de R\$ 903.910, que contempla a variação acumulada da SELIC até a data da conclusão da operação, líquido da constituição dos dividendos a receber no valor de R\$27.045 na data de conclusão da operação, conforme os termos do contrato firmado entre as partes.

Nova emissão de ações pela TAESA

No dia 19 de julho de 2012, a Controlada em Conjunto Taesa emitiu 24 milhões de Units no âmbito da oferta pública de ações, ao preço de R\$65 por Unit. Os units referentes a esta operação são compostos por uma ação ordinária e duas preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. No dia 20 de agosto de 2012, o lote suplementar da oferta pública de ações, de 3 milhões de Units, foi integralmente exercido, totalizando 27 milhões de Units no âmbito da oferta pública de ações.

O aumento do capital social na Taesa, dentro do limite do seu capital autorizado, no montante de R\$1.755 milhões, foi efetuado mediante a emissão de 81 milhões de novas ações, sendo 27 milhões de ações ordinárias e 54 milhões de ações preferenciais. Após o aumento de capital, a TAESA passou a ter capital social de R\$3.067.535 que, deduzido o custo de emissão no valor de R\$38.883, totalizou R\$3.028.652, dividido em 344.498.907 ações, sendo 230.517.711 ações ordinárias e 113.981.196 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, com a exclusão do direito de preferência dos acionistas da Companhia na subscrição, em conformidade com o disposto no artigo 172, I, da Lei das Sociedades por Ações, e nos termos do artigo 9º do Estatuto Social da Companhia.

Com esta emissão de ações a Cemig Geração e Transmissão reduz o seu percentual de participação na Taesa, passando de 56,69% para 43,36% do capital, composta de 97.690.743 ações ordinárias e 51.683.548 ações preferenciais, conforme segue:

ACIONISTAS	AÇÕES ORDINÁRIAS		AÇÕES PREFERENCIAIS		TOTAL	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
Total de ações da Taesa	230.517.711	100,00%	113.981.196	100,00%	344.498.907	100,00%
Cemig Geração e Transmissão SA - Cemig GT	97.690.743	42,38%	51.683.548	45,34%	149.374.291	43,36%

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2011 era a seguinte:

ACIONISTAS	AÇÕES ORDINÁRIAS		AÇÕES PREFERENCIAIS		TOTAL	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
Total de ações da Taesa	203.517.711	100,00%	59.981.196	100,00%	263.498.907	100,00%
Cemig Geração e Transmissão SA - Cemig GT	97.690.743	48,00%	51.683.548	86,17%	149.374.291	56,69%

Efeitos no resultado decorrentes da Oferta Pública de Ações da Taesa

Conforme mencionado anteriormente, a Taesa fez uma emissão de ações pelo valor de R\$65, sendo que esse valor era superior ao valor patrimonial das ações da Taesa antes da emissão, mesmo com a inclusão no cálculo da mais valia da concessão apurada no processo de aquisição de participação acionária na Taesa pela Cemig GT. Em função dessa diferença entre o valor patrimonial e o valor da emissão, foi apurado um ganho no montante de R\$253.538, registrado no 3º trimestre de 2012 no resultado da Companhia.

Madeira Energia S.A.

A Madeira Energia S.A. - MESA é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 27 de agosto de 2007, e tem por objetivo a construção e exploração da Usina Hidrelétrica Santo Antônio localizada em trecho do Rio Madeira e do seu Sistema de Transmissão Associado, nos termos do Contrato de Concessão de Uso do Bem Público nº 001/2008-MME. A MESA encontra-se em fase pré-operacional necessitando, portanto, de suporte financeiro de seus controladores em conjunto. O Aporte de R\$217.073 decorre de integralizações realizadas no exercício de 2012, devidamente aprovadas em Atas específicas, em consonância com o plano de investimentos aprovado na Comunicação de Resolução do Conselho de Administração - CRCA 089/07.

A controlada em conjunto Madeira Energia S.A., tem apurado prejuízos recorrentes em suas operações e que, em 30 de setembro de 2012, o passivo circulante excede o ativo circulante em R\$1.943.146. O efeito proporcional na Companhia é de R\$194.315. A Administração da Madeira Energia S.A. possui planos para equalizar a situação do capital circulante líquido negativo. Nesta data, a Madeira Energia S.A. depende do suporte financeiro de seus acionistas e/ou da obtenção de empréstimos com terceiros para continuar operando.

A controlada em conjunto Madeira Energia S.A. e sua controlada estão incorrendo em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio. O ativo imobilizado constituído pelos referidos gastos totalizava, em 30 de setembro de 2012, R\$13.800.064, os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua administração, deverão ser absorvidos por meio das receitas futuras geradas a partir do início das operações da entidade. Em 30 de setembro de 2012, o montante do ativo imobilizado proporcional à participação da Companhia nesta controlada indireta é de R\$1.380.006.

13. IMOBILIZADO

Controladora	30/09/2012			31/12/2011		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor líquido
Em Serviço	16.435.686	(11.140.644)	5.295.042	16.543.068	(11.029.393)	5.513.675
Terrenos	374.817	-	374.817	380.056	-	380.056
Reservatórios, Barragens e Adutoras	7.158.835	(4.800.795)	2.358.040	7.226.198	(4.713.126)	2.513.072
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	2.072.411	(1.458.779)	613.632	1.994.393	(1.444.911)	549.482
Máquinas e Equipamentos	6.804.926	(4.863.396)	1.941.530	6.916.242	(4.853.417)	2.062.825
Veículos	15.092	(8.623)	6.469	15.738	(8.141)	7.597
Móveis e Utensílios	6.605	(9.051)	554	10.441	(9.798)	643
Em Curso	202.414	-	202.414	164.078	-	164.078
Imobilizado Líquido - Controladora	16.638.100	(11.140.644)	5.497.456	16.707.146	(11.029.393)	5.677.753

Consolidado	30/09/2012			31/12/2011		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor líquido
Em Serviço	17.534.318	(11.160.710)	6.373.608	16.842.179	(11.047.803)	5.794.376
Terrenos	379.285	-	379.285	382.480	-	382.480
Reservatórios, Barragens e Adutoras	7.880.113	(4.804.598)	3.075.515	7.276.537	(4.715.304)	2.561.233
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	2.146.168	(1.461.081)	685.087	2.013.609	(1.447.103)	566.506
Máquinas e Equipamentos	7.102.933	(4.876.773)	2.226.160	7.141.942	(4.866.818)	2.275.124
Veículos	15.284	(8.758)	6.526	15.969	(8.278)	7.691
Móveis e Utensílios	10.535	(9.500)	1.035	11.642	(10.300)	1.342
Em Curso	908.211	-	908.211	1.405.259	-	1.405.259
Imobilizado Líquido - Controladora	18.442.529	(11.160.710)	7.281.819	18.247.438	(11.047.803)	7.199.635

A movimentação do imobilizado é como segue:

Controladora	Saldo em 31/12/2011	Adição /Capitalização	Transferências	Baixa	Depreciação	Saldo em 30/09/2012
Em Serviço	5.513.675	18.097	-	(1.075)	(235.655)	5.295.042
Terrenos	380.056	-	(5.239)	-	-	374.817
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2.513.072	345	(59.137)	-	(96.240)	2.358.040
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	549.482	3.121	76.619	-	(15.590)	613.632
Máquinas e Equipamentos	2.062.825	14.588	(12.282)	(1.075)	(122.526)	1.941.530
Veículos	7.597	38	52	-	(1.218)	6.469
Móveis e Utensílios	643	5	(13)	-	(81)	554
Em Curso	164.078	38.336	-	-	-	202.414
Imobilizado Líquido - Controladora	5.677.753	56.433	-	(1.075)	(235.655)	5.497.456

Consolidado	Saldo em 31/12/2011	Adição /Capitalização	Transferências	Baixa	Depreciação	Saldo em 30/09/2012
Em Serviço	5.794.376	328.339	497.048	(1.075)	(245.080)	6.373.608
Terrenos	382.480	2.044	(5.239)	-	-	379.285
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2.561.233	174.236	437.911	-	(97.865)	3.075.515
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	566.506	59.448	76.619	-	(17.486)	685.087
Máquinas e Equipamentos	2.275.124	92.566	(12.282)	(1.075)	(128.173)	2.226.160
Veículos	7.691	38	52	-	(1.255)	6.526
Móveis e Utensílios	1.342	7	(13)	-	(301)	1.035
Em Curso	1.405.259	-	(497.048)	-	-	908.211
Imobilizado Líquido - Controladora	7.199.635	328.339	-	(1.075)	(245.080)	7.281.819

A Companhia transferiu para o ativo imobilizado encargos com empréstimos e financiamentos vinculados a obra no montante de R\$48.462 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012 (R\$44.156 em 30 de setembro de 2011).

Em 11 de setembro de 2012 foi editada a Medida Provisória 579, que trata das renovações das concessões. Maiores detalhes vide nota 31.

14. INTANGÍVEIS

Controladora	30/09/2012			31/12/2011		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em Serviço	71.765	(41.619)	30.146	72.276	(40.284)	31.992
Servidão	12.877	(1.720)	11.157	12.877	(1.585)	11.292
Concessão Onerosa	25.428	(8.457)	16.971	26.755	(7.937)	18.818
Outros	33.460	(31.442)	2.018	32.644	(30.762)	1.882
Em Curso	905	-	905	1.530	-	1.530
Intangível Líquido - Controladora	72.670	(41.619)	31.051	73.806	(40.284)	33.522

Consolidado	30/09/2012			31/12/2011		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em Serviço	617.330	(101.316)	516.014	532.064	(85.781)	446.283
Servidão	13.002	(1.720)	11.282	12.989	(1.585)	11.404
Concessão Onerosa	46.689	(8.897)	37.792	26.755	(7.937)	18.818
Direito de Exploração de Concessão	523.169	(58.849)	464.320	455.331	(43.065)	412.266
Outros	34.470	(31.850)	2.620	36.989	(33.194)	3.795
Em Curso	1.241	-	1.241	23.574	-	23.574
Ativos em formação	1.241	-	1.241	23.574	-	23.574
Intangível Líquido - Consolidado	618.571	(101.316)	517.255	555.638	(85.781)	469.857

A movimentação do Ativo Intangível é como segue:

Controladora	31/12/2011	Adição	Baixa	Amortização	Transferências	30/09/2012
Em Serviço	31.992	-	(1.220)	(1.331)	705	30.146
Servidão	11.292	-	-	(135)	-	11.157
Concessão Onerosa	18.818	-	(1.220)	(627)	-	16.971
Outros	1.882	-	-	(569)	705	2.018
Em Curso	1.530	80	-	-	(705)	905
Ativos em formação	1.530	80	-	-	(705)	905
Total	33.522	80	(1.220)	(1.331)	-	31.051

Consolidado	31/12/2011	Adição	Baixa	Amortização	Transferências	30/09/2012
Em Serviço	446.283	63.802	(1.752)	(15.034)	22.715	516.014
Servidão	11.404	-	-	(134)	12	11.282
Concessão Onerosa	18.818	-	(1.220)	(960)	21.154	37.792
Direito de Exploração de Concessão	412.266	63.802	(532)	(13.370)	2.154	464.320
Outros	3.795	-	-	(570)	(605)	2.620
Em Curso	23.574	382	-	-	(22.715)	1.241
Ativos em formação	23.574	382	-	-	(22.715)	1.241
Total	469.857	64.184	(1.752)	(15.034)	-	517.255

Em 11 de setembro de 2012 foi editada a Medida Provisória 579, que trata das renovações das concessões. Maiores detalhes vide nota 31.

15. FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Circulante				
Suprimento e Transporte de Energia Elétrica	101.941	64.389	95.040	65.603
Materiais e Serviços	147.110	119.540	38.376	51.110
	249.051	183.929	133.416	116.713
Circulante	245.104	182.166	133.213	116.509
Não Circulante (*)	3.947	1.763	203	204

(*) Apresentado no Balanço Patrimonial como outros passivos circulantes

16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Impostos, Taxas e Contribuições

As obrigações não circulantes de PASEP/COFINS da Cemig Geração e Transmissão referem-se ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses impostos, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A Companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008. Entretanto, a partir de agosto de 2011, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, a Companhia optou por recolher mensalmente os impostos, e, em caso de êxito no judiciário, requerer a restituição dos valores pagos.

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Circulante				
ICMS	42.956	35.610	40.646	34.462
COFINS	30.014	25.245	28.309	23.038
PASEP	6.516	5.496	6.146	5.002
INSS	3.945	5.070	3.336	4.488
Outros	6.809	7.501	2.597	3.458
	90.240	78.922	81.034	70.448
Não Circulante				
COFINS	186.479	135.862	83.175	87.656
PASEP	40.442	29.497	18.058	19.030
	226.921	165.359	101.233	106.686
	317.161	244.281	182.267	177.134

b) Impostos de Renda e Contribuições Sociais

O Imposto de Renda e Contribuição Social da controladora referem-se, substancialmente, ao efeito de diferenças temporárias. As demais obrigações a pagar com Imposto de Renda e Contribuição social, registradas no Passivo, serão compensadas com as antecipações constantes no Ativo, na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar.

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Circulante				
Imposto de Renda	46.445	25.906	38.043	-
Contribuição Social	17.821	9.582	14.868	-
	64.266	35.488	52.911	-

O Imposto de Renda e Contribuição Social Não Circulante é divulgado na Nota Explicativa nº 9 destas Informações Trimestrais.

17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

FINANCIADORES	30/09/2012						31/12/2011
	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
BNP Paribas	2012	5,89	EURO	-	-	-	1.387
BID - ATE II (10)	2022	Libor + spread de 1,7 a 2,2% a.a.	USD	6.477	79.463	85.940	52.902
BID - ATE III (10)	2023	Libor + spread de 1,5 a 1,975% a.a.	USD	14.025	134.994	149.019	92.561
Dívida referente a Moeda Estrangeira				20.502	214.457	234.959	146.850
MOEDA NACIONAL							
Banco do Brasil S.A.	2012	109,8 do CDI	R\$	501.165	-	501.165	492.838
Banco do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	25.439	14.667	40.106	46.215
Banco do Brasil S.A.	2013	107,60 do CDI	R\$	31.061	-	31.061	32.516
Banco do Brasil S.A.	2014	104,10 do CDI	R\$	332.397	600.000	932.397	918.661
Banco Itaú – BBAS.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	47.496	25.424	72.920	87.064
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	777	-	777	1.605
BNDES	2026	TJLP + 2,34	R\$	7.919	97.928	105.847	111.678
Bradesco S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	40.070	29.495	69.565	69.925
Bradesco S.A.	2014	CDI + 1,70	R\$	527	455	982	1.550
ELETROBRÁS	2013	FINEL + 7,50 a 8,50	R\$	14.076	2.149	16.225	25.603
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	7.483	-	7.483	15.339
UNIBANCO S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	45.903	4.322	50.225	92.972
FINEP	2018	TJLP + 5,00 ETJLP + 8	R\$	4.255	12.497	16.752	19.917
Consórcio Pipoca (6)	2011	IPCA	R\$	185	-	185	185
Unibanco S.A.(2)	2020	TJLP + 2,55	R\$	188	5.056	5.244	5.768
Banco do Brasil S.A. (2)	2020	TJLP + 2,55	R\$	683	20.037	20.720	22.768
BNDES (4)	2033	TJLP + 2,40	R\$	1.182	370.448	371.630	349.505
BNDES (Repasse) (4)	2033	TJLP + 3,8	R\$	1.410	379.067	380.477	354.783
Banco da Amazônia (4)	2029	TJLP + 4,0	R\$	300	56.528	56.828	54.807
BNDES (5)	2024	TJLP + 2,5	R\$	3.155	34.616	37.771	39.961
CEF (7)	2022	TJLP + 3,50	R\$	7.293	55.308	62.601	64.784
CEF (8)	2021	TJLP + 3,50	R\$	5.966	44.251	50.217	52.109
CEF (9)	2022	TJLP + 3,50	R\$	9.690	82.367	92.057	95.267
BNDES - ETAU-SUBCREDITO "A" e "C" (10)	2018	UMBNDDES + 4,0%	R\$	256	1.095	1.351	66.932
BNDES - ETAU-SUBCREDITO "B" e "D" (10)	2018	TJLP + 4,0%	R\$	1.337	5.696	7.033	9.852
BNDES - NTE-SUBCREDITO "C" (10)	2016	UMBNDDES + 5,0%	R\$	1.372	3.842	5.214	1.863
BNDES - NTE-SUBCREDITO "A" e "B" (10)	2016	TJLP + 5,0%	R\$	8.212	22.950	31.162	10.499
CEF (10) (12)	2016	117,5 do CDI*	R\$	1.809	4.947	6.756	56.306
FINAME - SUBCREDITO "A" SANTANDER (10)	2019	70% - Taxa fixa 8,70% a.a.	R\$	4	252	256	336
FINAME - SUBCREDITO "B" SANTANDER (10)	2019	20% - TJLP + 4,2% a.a.	R\$	1	72	73	96
FINAME ALSTOM - SUBCREDITO "A"	2022	5,5% a.a.	R\$	2	315	317	-
Sindicato Bancos (10)	2013	CDI + 0,90	R\$	7.050	1.756	8.806	18.462
BNDES (11)	2024	TJLP + 2,56	R\$	205	62.666	62.871	670.247
BNDES (11)	2019	4,5% AA	R\$	-	8.729	8.729	(1.115)
NOTAS PROMISSÓRIAS (ITAÚ) (10) (12)	2012	CDI + 105,5%*	R\$	545.960	-	545.960	10.585
NOTAS PROMISSÓRIAS (ITAÚ) (10) (12)	2012	CDI + 104%	R\$	401.883	-	401.883	-
BNDES (10)	2018	TJLP + 4,0% a.a.	R\$	9.347	45.081	54.428	40.131
BNDES (10)	2018	Cesta de Moedas	R\$	1.714	8.436	10.150	6.904
BNDES (10)	2019	TJLP + 3 a 4,3% a.a.	R\$	11.815	72.251	84.066	60.708
BNDES (10)	2019	Cesta de Moedas	R\$	3.282	20.414	23.696	15.752
BNDES (10)	2017	TJLP + 5,0% a.a.	R\$	801	2.700	3.501	16.104
BNDES (10)	2017	Cesta de Moedas	R\$	4821	16.217	21.038	2.476
Unibanco	2013	TJLP + 3,8%a.a.	R\$	511	-	511	669
BNDES (13)	2028	URTJ + 1,97	R\$	4.060	58.491	62.551	49.589
Dívida em Moeda Nacional				2.093.062	2.170.525	4.263.587	3.992.216
Total de Empréstimos e Financiamentos				2.113.564	2.384.982	4.498.546	4.139.066
Debêntures – Governo do Estado de M. G. (1) (3)	2031	IGP-M	R\$	-	51.227	51.227	46.896
Debêntures (1) (12)	2015	IPCA + 7,68*	R\$	506.910	885.470	1.392.380	1.367.937
Debêntures (1) (12)	2012	CDI + 0,90*	R\$	-	-	-	1.754.714
Debêntures (1) (12)	2017	CDI + 0,90	R\$	27.790	479.835	507.625	-
Debêntures (1) (12)	2019	IPCA + 6	R\$	8.547	204.545	213.092	-
Debêntures (1) (12)	2022	IPCA + 6,20	R\$	29.622	685.048	714.670	-
Debêntures (4)	2013	IPCA	R\$	225.329	-	225.329	207.094
DEBENTURES 1ª EMISSÃO (1) (10) (12)	2015	CDI + 1,30%*	R\$	52.499	99.609	152.108	206.429
DEBENTURES 1ª EMISSÃO (1) (10) (12)	2015	IPCA + 7,91%*	R\$	43.618	83.303	126.921	163.169
DEBENTURES 2ª EMISSÃO (1) (10) (12)	2017	106,0% do CDI*	R\$	9.253	352.475	361.728	462.635
Total de Debêntures				903.568	2.841.512	3.745.080	4.208.874
Total Geral Consolidado				3.017.132	5.226.494	8.243.626	8.347.940

- (1) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.
- (2) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Hidrelétrica Cachoeirão S.A.
- (3) Contratos ajustados a valor presente, conforme alterações da Lei das Sociedades Anônimas, Lei 11.638/07. A taxa utilizada é de 12,5%.
- (4) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Madeira Energia S.A.
- (5) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Hidrelétrica Pipoca S.A.
- (6) Crédito para integralização do capital social da Hidrelétrica Pipoca S.A.
- (7) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Praia de Morgado S.A.

- (8) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Praia de Parajuru S.A.
 (9) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Volta do Rio S.A.
 (10) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto TAESA
 (11) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto EBTE
 (12) Contratos com taxas e valores ajustados de acordo com CPC 08 :
 (13) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto LIGHT GER

* Taxa contratual

** Taxa efetiva do custo de transação

Os valores captados pelas controladas em conjunto estão reconhecidos proporcionalmente à participação da controladora.

A composição consolidada dos empréstimos, financiamentos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019 em diante	Total
Moedas									
Dólar (1)	11.110	17.843	19.323	20.664	22.836	24.573	28.156	90.454	234.959
Indexadores									
UMBNDDES (2)	422	1.608	1.608	1.608	1.044	253	21	-	6.564
IGP-M (3)	-	-	-	-	-	-	-	51.227	51.227
FINEL (4)	4.406	11.819	-	-	-	-	-	-	16.225
IPCA (5)	249.465	564.590	477.543	491.279	-48	-49	102.264	787.534	2.672.578
CDI (6)	1.909.304	545.229	443.760	143.504	85.267	564.481	-	-	3.691.545
TJLP/URTJ	22.229	94.392	113.562	122.713	121.613	114.248	110.165	814.202	1.513.124
Outros	304	11	349	2.531	3.802	3.802	3.802	42.803	57.404
	2.186.130	1.217.649	1.036.822	761.635	211.678	682.735	216.252	1.695.766	8.008.667
	2.197.240	1.235.492	1.056.145	782.299	234.514	707.308	244.408	1.786.220	8.243.626

(1) Dólar Norte-Americano

(2) Unidade Monetária BNDES - UMBNDES

(3) Índice Geral de Preços - Mercado - IGP-M

(4) Índice Interno da Eletrobrás - FINEL

(5) Índice Preço ao Consumidor Amplo-IPCA

(6) Certificado Depósito Interbancário - CDI

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram as seguintes variações:

Indexadores	Varição Acumulada em 2012	Varição Acumulada no 3º Trimestre 2012	Varição Acumulada em 2011	Varição Acumulada no 3º Trimestre 2011
IGP-M	7,09%	3,78%	4,15%	0,97%
IPCA	3,77%	1,42%	4,98%	1,06%
CDI	6,59%	1,91%	8,69%	3,01%
FINEL	1,39%	0,75%	0,82%	0,19%

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2011	8.347.940	5.087.002
Aquisição de Controladas	218.618	-
Redução de Participação em Controladas	(443.964)	-
Empréstimos e Financiamentos obtidos	2.767.378	2.362.468
Varição monetária e cambial	85.509	78.362
Encargos financeiros provisionados	438.255	279.675
Encargos Financeiros Pagos	(462.134)	(419.118)
Amortização de financiamentos	(2.707.976)	(2.663.709)
Saldo em 30 de setembro de 2012	8.243.626	4.724.680

Cláusulas Contratuais Restritivas – “Covenants”

A Companhia possui contratos de Empréstimos e Financiamentos com Cláusulas Restritivas (“Covenants”), com exigibilidade de cumprimento semestrais, coincidentes com os últimos dias de cada semestre civil, 30 de junho e 31 de dezembro.

As captações de recursos durante o exercício de 2012 estão demonstradas abaixo:

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais - %	Valor Captado
Moeda Nacional			
Debêntures	2017	CDI+0,90	483.950
Debêntures	2022	IPCA+6,20	676.653
Debêntures	2019	IPCA+6,00	201.865
Nota Promissória Bradesco	2012	103% do CDI	1.000.000
CEF	2034	TJLP+3,8%	500
Nota Promissória BB-BI	2013	104% do CDI	392.335
Santander – Finame Sub crédito A	2022	5,50%	315
BNDES	2028	URTJ+1,97%	11.760
Total de Captações			2.767.378

18. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Reserva Global de Reversão - RGR	23.703	19.373	21.694	16.379
Quota para Conta de Consumo de Combustível – CCC	10.695	9.333	10.695	9.333
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	12.281	6.505	12.281	6.505
Taxa de Fiscalização da ANEEL	2.106	1.608	1.634	1.598
Programa de Incentivo às Fontes Altern. de Energia Elétrica – PROINFA	4.298	3.838	4.298	3.838
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	3.365	2.664	2.915	2.548
Pesquisa e Desenvolvimento	104.658	106.286	84.947	86.596
Pesquisa Expansão Sistema Energético	1.824	1.643	1.551	1.368
	162.930	151.250	140.015	128.165
Passivo Circulante	69.966	80.967	47.292	58.003
Passivo Não Circulante	92.964	70.283	92.723	70.162

19. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

Controladora e Consolidado	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2011	191.782	124.240	6.729	115.701	438.452
Despesa (Receita) Reconhecida no Resultado	15.201	12.003	233	10.258	37.695
Contribuições Pagas	(22.332)	(9.355)	(146)	(1.952)	(33.785)
Passivo Líquido em 30 de setembro de 2012	184.651	126.888	6.816	124.007	442.362
Passivo Circulante	11.935	-	-	-	11.935
Passivo Não Circulante	172.716	126.888	6.816	124.007	430.427

A Companhia registra uma obrigação adicional correspondente à diferença entre a obrigação com suplementação de aposentadoria informada no laudo atuarial e a dívida pactuada com a Fundação.

20. PROVISÕES

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto são partes em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, ambientais, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto, constituíram Provisões para riscos tributários, trabalhistas, cíveis, regulatórios e ambientais para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, e para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	Controladora			
	Saldo em 31/12/2011	Adições (-) Reversões	Baixas	Saldo em 30/09/2012
Trabalhistas	8.112	1.304	(1.249)	8.167
Cíveis				
Relações de Consumo	212	172	-	384
Outras ações cíveis	199	8	-	207
	411	180	-	591
Tributárias	1.217	77	-	1.294
Ambientais	3.890	1.061	-	4.951
Regulatórias	179	(175)	(4)	-
Outras	538	(154)	(56)	328
Total	14.347	2.293	(1.309)	15.331

	Consolidado				
	Saldo em 31/12/2011	Adições (-) Reversões	Baixas	Aumento (Redução) de participação	Saldo em 30/09/2012
Trabalhistas	8.412	1.644	(1.382)	(119)	8.555
Cíveis					
Relações de Consumo	212	172	-	-	384
Outras ações cíveis	1.261	8	(66)	(27)	1.176
	1.473	180	(66)	(27)	1.560
Tributárias	1.336	77	-	(28)	1.385
Ambientais	56.152	4.074	(10.590)	-	49.636
Regulatórias	179	(175)	(4)	-	-
Outras	538	(154)	(56)	-	328
Total	68.090	5.646	(12.098)	(174)	61.464

A Administração da Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira individual e consolidada da Companhia.

Os detalhes sobre as, principais, provisões e passivos contingentes são como segue:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível

Obrigações Trabalhistas

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto são partes em diversas ações movidas por seus empregados e profissionais terceirizados. Essas ações são relativas, de modo geral, às horas extras e ao adicional de periculosidade. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O valor da contingência é de R\$31.692 (R\$25.910 em 31 de dezembro de 2011), dos quais R\$8.555 foram provisionados (R\$8.412 em 31 de dezembro de 2011).

Ações de Natureza Ambiental

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto estão envolvidas em assuntos ambientais, os quais se referem a áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante de R\$55.833 (R\$60.661 em 31 de dezembro de 2011), dos quais R\$49.636 (R\$56.152 em 31 de dezembro de 2011) foram provisionados.

A Santo Antônio Energia constituiu provisões socioambientais relativas às estimativas dos gastos que serão incorridos a fim de mitigar os impactos ambientais causados pela construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, em cumprimento aos programas previstos na Licença de Instalação nº 540 de 2008, no valor de R\$446.850 (R\$452.643 em 31 de dezembro de 2011), e a participação da Cemig representa uma cota parte de R\$44.685 (R\$45.264 em 31 de dezembro de 2011). Os gastos ambientais provisionados foram registrados como custo do Imobilizado em Curso - Reservatórios, barragens e adutoras.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto são parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do Anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$41.860, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$28.716, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R\$48.404 (R\$46.006 em 31 de dezembro de 2011).

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat, multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de aproximadamente R\$282.528 (R\$265.117 em 31 de dezembro de 2011).

Indeferimento da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de pagamento indevido, ou a maior, pela Companhia, relativa a diversos processos administrativos tributários quanto à discussão sobre compensação de tributos federais. O valor da contingência é de R\$66.659 (R\$78.165 em 31 de dezembro de 2011).

Questões Regulatórias

Conta de Resultados a Compensar (CRC)

Anteriormente a 1993, era garantida às concessionárias de energia elétrica uma taxa de retorno sobre investimentos em ativos utilizados na prestação de serviços vinculados à concessão. As tarifas cobradas eram uniformes em todo o país e os lucros gerados pelas concessionárias mais lucrativas realocados às concessionárias menos lucrativas, de forma que a taxa de retorno de todas as companhias fosse igual à média nacional. Os *déficits* eram contabilizados na CRC de cada concessionária. Quando a CRC e o conceito de retorno garantido foram abolidos, a Cemig utilizou os saldos positivos para compensar as responsabilidades junto ao Governo Federal.

A Aneel instaurou processo administrativo contra a Controladora Cemig, contestando crédito relativo aos referidos saldos positivos. Em 31 de outubro de 2002, a Aneel proferiu decisão administrativa final. Em 9 de janeiro de 2004, a Secretaria do Tesouro Nacional expediu Ofício para a Cemig cobrando o valor de R\$516 milhões. A Cemig não efetuou o pagamento, por acreditar ter argumentos de mérito para a defesa judicial, e impetrou mandado de segurança para suspender a sua inclusão no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público (Cadin). Embora o mandado tenha sido indeferido em primeira instância, foi interposto recurso ao Tribunal Federal da Primeira Região que concedeu medida liminar suspendendo a inclusão no Cadin.

Nenhuma provisão foi constituída em relação a essa ação e o valor, estimado, do passivo contingente é de R\$1.050.206 (R\$1.014.905 em 31 de dezembro de 2011). Em decorrência do processo de desmembramento das atividades da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, caso a Controladora venha a sofrer alguma perda relativa a este processo, a Companhia poderá ser impactada.

Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL atendesse ao pleito da Distribuidora e proceda, com a CCEE, a recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002. Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria um desembolso adicional para a Companhia, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$132.429 (R\$123.900 em 31 de dezembro de 2011). A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE.

Processos no Curso Normal dos Negócios

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$48.123 (R\$22.665 em 31 de dezembro de 2011). A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 30 de setembro de 2012, o Capital Social da Companhia é de R\$3.296.785, representado, em 2012, por 2.896.785.358 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais.

Lucro por ação

O Lucro por ação foi calculado com base na média ponderada do número de ações ordinárias da Companhia em cada um dos períodos mencionados, conforme segue:

	30/09/2012	30/09/2011	Jul a Set/12	Jul a Set/11
Quantidade de Ações	2.896.785.358	2.896.785.358	2.896.785.358	2.896.785.358
Lucro do período	1.461.702	989.152	741.349	477.480
Lucro por ação (em R\$)	0,5046	0,3415	0,2559	0,1648

A Companhia não possui instrumentos dilutivos, motivo pelo qual o Lucro Diluído é igual ao Lucro Básico.

22. RECEITA

A composição da Receita da Companhia é conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos (a)	3.643.494	3.139.182	3.551.746	3.080.226
Receita de Concessão de Transmissão – com impostos	1.182.702	998.878	597.015	546.423
Receita de Construção	77.527	50.784	70.079	35.787
Outras receitas operacionais	17.771	15.218	17.610	15.491
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas acima (b)	(990.250)	(852.476)	(932.634)	(816.185)
	3.931.244	3.351.586	3.303.816	2.861.742

(a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	Controladora			
	MWh (*)		R\$	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Industrial	15.047.448	14.765.160	2.037.580	1.823.752
Comercial	166.019	63.974	32.485	14.133
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	15.445	59.427
	15.213.467	14.829.134	2.085.510	1.897.312
Suprimento a Outras Concessionárias(**)	10.360.298	10.956.272	1.205.194	1.073.134
Transações com energia na CCEE	3.156.246	3.223.973	261.042	109.780
Total	28.730.011	29.009.379	3.551.746	3.080.226

(*) Informações, em MWh, não revisadas pelos auditores independentes

(**) Inclui Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado -CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

	Consolidado			
	MWh (*)		R\$	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Industrial	15.080.418	14.800.477	2.055.926	1.835.461
Comercial	169.515	67.409	44.611	15.748
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	15.445	59.427
	15.249.933	14.867.886	2.115.982	1.910.636
Suprimento a Outras Concessionárias(**)	10.559.992	11.152.648	1.239.328	1.099.399
Transações com energia na CCEE	3.163.610	3.231.648	263.327	110.330
Vendas no Proinfa	83.035	65.043	24.857	18.817
Total	29.056.570	29.317.225	3.643.494	3.139.182

(*) Informações, em MWh, não revisadas pelos auditores independentes

(**) Inclui Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado -CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

(b) Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Tributos sobre a Receita				
ICMS	348.246	298.305	344.395	296.643
COFINS	331.652	287.984	303.680	271.314
PIS-PASEP	71.991	62.514	65.927	58.902
ISSQN	604	464	565	448
	752.493	649.267	714.567	627.307
Encargos do Consumidor				
Reserva Global de Reversão – RGR	101.060	86.511	86.744	75.968
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	35.932	27.487	35.932	27.487
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	43.966	44.152	43.966	44.152
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	17.982	14.891	12.934	11.391
Fundo Nac. Desen. Científico e Tecnológico - FNDCT	13.152	11.424	12.935	11.393
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	6.576	5.774	6.467	5.759
PROINFA	19.089	12.729	19.089	12.728
Encargos de Capacidade Emergencial	-	241	-	-
	237.757	203.209	218.067	188.878
	990.250	852.476	932.634	816.185

23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Pessoal (a)	236.187	215.575	212.762	195.319
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	43.819	16.337	41.151	16.336
Obrigações Pós-Emprego	22.494	20.838	22.494	20.838
Materiais	19.765	13.411	16.697	10.290
Serviços de Terceiros (b)	132.050	101.310	94.199	85.577
Depreciação e Amortização	260.750	277.106	236.778	256.049
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	134.914	107.768	133.900	107.389
Provisões Operacionais (reversão)	3.267	8.637	2.215	9.322
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	198.853	179.159	200.445	185.085
Energia Elétrica Comprada para Revenda	429.297	428.971	421.422	428.940
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão	77.385	50.784	70.079	35.787
Outros Custos Operacionais Líquidos	66.352	54.592	54.942	48.929
	1.625.133	1.474.488	1.507.084	1.399.861

a) DESPESAS COM PESSOAL	Consolidado		Controladora	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Remunerações e Encargos	206.576	194.386	183.332	174.130
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	12.427	11.294	12.246	11.294
Benefícios Assistenciais	20.449	19.187	20.449	19.187
	239.452	224.867	216.027	204.611
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(11.052)	(12.038)	(11.052)	(12.038)
	228.400	212.829	204.975	192.573
Programa de Desligamento Voluntário de empregados	7.787	2.746	7.787	2.746
	236.187	215.575	212.762	195.319

b) SERVIÇOS DE TERCEIROS	Consolidado		Controladora	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Comunicação	8.609	7.603	4.799	5.616
Manutenção e Conservação de Instalações e Equip. Elétricos	35.424	16.324	17.449	12.610
Conservação e Limpeza de Prédios	14.764	15.093	13.926	14.036
Mão de Obra Contratada	5.104	3.435	4.868	2.894
Fretes e Passagens	3.655	2.797	2.088	1.936
Hospedagem e Alimentação	3.868	3.284	3.097	3.244
Vigilância	8.608	7.955	8.448	7.952
Consultoria	10.631	5.648	1.102	2.073
Manutenção e Conservação de Móveis Utensílios	2.252	2.555	2.226	2.532
Manutenção e Conservação de Veículos	2.527	3.394	2.062	3.049
Energia Elétrica	3.328	3.474	2.713	3.077
Meio Ambiente	15.572	11.520	14.665	11.315
Limpeza de Faixas	1.594	235	1.622	235
Serviços de Reprografia	1.914	1.556	1.725	1.241
Serviços Advocatícios e Custas Processuais	3.179	528	2.784	428
Outros	11.021	15.909	10.625	13.339
	132.050	101.310	94.199	85.577

Arrendamento Mercantil Operacional

A Companhia possui contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais, e não são relevantes em relação aos seus custos totais.

24. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2012	30/09/2011 Reclassificado	30/09/2012	30/09/2011 Reclassificado
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de Aplicação Financeira	124.030	196.467	79.826	169.552
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	3.076	3.628	3.072	3.617
Variação Monetária	13.787	5.481	5.017	5.312
Variações Cambiais	24.026	17	98	17
Ganhos com Instrumentos Financeiros (nota 26)	954	-	-	-
Ajuste a Valor Presente	13.735	-	13.793	-
Outras	12.075	4.363	3.264	3.327
	191.683	209.956	105.070	181.825
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(453.082)	(564.205)	(286.441)	(450.536)
Encargos Variação Monetárias- Forluz	(15.202)	(18.398)	(15.202)	(18.398)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(84.927)	(65.343)	(78.439)	(65.343)
Variações Cambiais	(36.650)	(246)	(38)	(246)
Variações Monetárias – Concessão Onerosa	(28.746)	(16.448)	(27.511)	(16.448)
Variações Monetárias	(20.998)	(15.452)	(5.874)	(7.147)
Ajuste a Valor Presente	-	(1.072)	-	(1.072)
Outras	(40.022)	(15.196)	(23.454)	(4.233)
	(679.627)	(696.360)	(436.959)	(563.423)
DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS	(487.944)	(486.404)	(331.889)	(381.598)

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia é uma subsidiária integral da Cemig, cujo acionista controlador é o Governo do Estado de Minas Gerais. A Cemig Distribuição e a Light também são, controlada e controlada em conjunto da Cemig, respectivamente.

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Cemig Geração e Transmissão são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
CEMIG								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	-	7.018	-	-	-	-
Pessoal Cedido (2)	-	-	2.586	2.586	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	166.733	-	-	-	-	-
Cemig Distribuição S.A.								
Circulante								
Convênio de Cooperação	-	-	-	18.066	-	-	-	-
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (3)	15.225	14.819	-	-	75.370	76.431	(3.949)	(3.865)
Encargos de Uso da Rede Elétrica – Fornec.	15.462	14.350	2.521	3.522	105.872	100.969	(24.444)	(31.390)
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	121.475	115.026	-	-	-	-	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica – Fornec.	-	-	1.096	1.308	-	-	(8.807)	(9.107)
Light S.A.								
Circulante								
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (3)	626	-	130	130	19.880	19.558	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica – Fornec.	131	138	1	1	3.674	3.068	(10)	(12)
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Não Circulante								
Debêntures (4)	-	-	51.227	46.896	-	-	(4.331)	(8.452)
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego - (5)	-	-	11.935	17.048	-	-	(22.675)	(20.838)
Despesa de Pessoal (6)	-	-	-	-	-	-	(12.246)	(11.294)
Custeio Administrativo (7)	-	-	-	-	-	-	(3.835)	(2.105)
Não Circulante								
Obrigações Pós-emprego - (5)	-	-	430.427	421.404	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (8)	-	-	2.446	4.551	-	-	(6.423)	(6.284)
Andrade Gutierrez SA								
Circulante								
Construção UHE Santo Antonio (9)	-	-	2.134	6.892	-	-	-	-
Mútuo (10)	-	-	30	28	-	-	-	-
Não Circulante								
Construção UHE Santo Antonio (9)	4.978	4.395	-	-	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

- (1) Convênio de Cooperação Técnica entre Cemig, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 3.924/2008;
- (2) Reembolso de despesas relativas ao pessoal cedido pela Cemig às empresas coligadas e controladas;
- (3) A Companhia possui contratos de venda de energia para Cemig Distribuição e Light Energia, decorrente do leilão público de energia existente ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M;
- (4) Emissão Privada de Debêntures Simples não conversíveis em ações no valor de R\$120.000 milhões, atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M, para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Irapé, com resgate após 25 anos da data de emissão;
- (5) Parte dos contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Vide Nota Explicativa nº 19 e serão amortizados até o exercício de 2024;
- (6) Contribuições da Cemig para o Fundo de Pensão referentes aos empregados participantes do Plano Misto (vide Nota Explicativa nº 19) e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (7) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia.
- (8) Contribuição pela patrocinadora no plano de saúde e odontológico dos empregados.

Vide mais informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas 17, 19, 22 e 23.

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia, de suas controladas e controladas em conjunto estão restritos a Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Consumidores e Revendedores, Concessionário – Transporte de Energia, Ativos Financeiros da Concessão, Fornecedores, Empréstimos e Financiamentos, Outras Contas a Pagar e Obrigações com Debêntures, Obrigações Pós-Emprego e “swaps” de moedas, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados no Resultado ou no Patrimônio Líquido de acordo com o regime de competência.

Os Instrumentos Financeiros da Companhia, de suas controladas e controladas em conjunto foram reconhecidos inicialmente ao valor justo e encontram-se atualmente classificados conforme abaixo:

- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria Títulos e Valores Mobiliários e os Instrumentos Derivativos (mencionados no item “b”). São mensurados ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos, diretamente, no resultado;
- Instrumentos Financeiros mantidos até o vencimento: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários. Há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.
- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria o Caixa e Equivalentes de Caixa, Créditos com Consumidores e Revendedores, Concessionários – Transporte de Energia e Ativos Financeiros da Concessão. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- Passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria Empréstimos e Financiamentos e Obrigações com Debêntures, Dívida pactuada com o Fundo de Pensão (FORLUZ), Fornecedores e Concessões a Pagar. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva;
- Instrumentos Financeiros Derivativos. São mensurados pelo valor justo e os efeitos reconhecidos, diretamente, no resultado, exceto quanto ao hedge de fluxo de caixa da controlada em conjunto Madeira Energia S.A. cuja parcela efetiva das variações no valor justo dos derivativos com esta qualificação é reconhecida diretamente no Patrimônio Líquido.

Categoria dos Instrumentos financeiros	30/09/2012		31/12/2011	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros:				
Empréstimos e Recebíveis				
Consumidores e Revendedores	504.927	504.927	467.200	467.200
Concessionários - Transporte de Energia	141.651	141.651	145.407	145.407
Ativos Financeiros da Concessão	4.230.156	4.230.156	4.493.750	4.493.750
	4.876.734	4.876.734	5.106.357	5.106.357
Mantidos até o Vencimento				
Títulos e Valores Mobiliários	825.468	825.468	-	-
Valor justo por meio do resultado:				
Mantidos para negociação				
Títulos e Valores Mobiliários	1.074.882	1.074.882	170.492	170.492
Passivos Financeiros:				
Avaliados ao custo amortizado				
Fornecedores	249.051	249.051	183.929	183.929
Concessões a Pagar	168.612	168.612	131.091	131.091
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	8.243.626	8.412.375	8.347.940	8.249.127
Dívida Pactuada com a Forluz	184.651	184.651	191.783	191.783
	8.845.940	9.014.689	8.854.743	8.755.930
Valor justo por meio de resultado:				
Instrumentos Derivativos – Contrato de Swap	244	244	399	399
Instrumentos Derivativos - Contratos de Opção	796	796	1.096	1.096
Instrumentos Derivativos - Balcão	1.434	1.434	618	618

a) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o Risco Financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos em linha com a estratégia da Companhia.

A premissa do Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros é dar previsibilidade ao Caixa da Companhia para um prazo máximo de 12 meses, considerando o cenário econômico divulgado por uma consultoria externa.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Cemig Geração e Transmissão está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente à cotação do Dólar Norte-Americano em relação ao Real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa. Com a finalidade de reduzir a exposição da Cemig às elevações das taxas de câmbio, a Companhia possuía, em 30 de setembro de 2012, operações contratadas de hedge, descritas em maiores detalhes no item “b”.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

EXPOSIÇÃO ÀS TAXAS DE CÂMBIO	30/09/2012	31/12/2011
Dólar Norte-americano		
Empréstimos e Financiamentos (nota 17)	234.959	145.463
Euro		
Empréstimos e Financiamentos (nota 17)	-	1.387
Passivo Líquido Exposto	234.959	146.850

Análise de sensibilidade

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto, com base em seus consultores financeiros, estima que, em um Cenário provável, a depreciação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real em 30 de setembro de 2013 será de 1,38% para o Dólar (R\$2,003). A Companhia realizou análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como Possível e Remoto, respectivamente.

Risco Exposições Cambiais - Consolidado	Cenário Base 30/09/2012	Cenário Provável	Cenário Possível Depreciação Cambial 25,00%	Cenário Remoto Depreciação Cambial 50,00%
Dólar Norte-americano				
Empréstimos e Financiamentos (nota 17)	234.959	231.720	289.650	347.580
Passivo Líquido Exposto	234.959	231.720	289.650	347.580
Efeito Líquido da Variação Cambial	-	3.239	(54.691)	(112.621)

Risco de Taxa de juros

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto estão expostas ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, em 30 de setembro de 2012. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

EXPOSIÇÃO DA COMPANHIA ÀS TAXAS DE JUROS NACIONAIS	Consolidado	
	30/09/2012	31/12/2011 Reclassificado
Ativos		
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras (nota 4)	969.866	1.511.285
Títulos e Valores Mobiliários (nota 5)	1.900.350	170.492
Fundos Vinculados	6	8
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures (nota 17)	(7.877.247)	(8.093.720)
Passivo Líquido Exposto	(5.007.025)	(6.411.935)

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia e suas controladas em conjunto estimam que, em um cenário provável, as taxas SELIC, IPCA e TJLP em 30 de setembro de 2013 serão de 7,25%, 5,56% e 5,50%, respectivamente. A Companhia realizou análise de sensibilidade dos efeitos nos seus resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como Possível e Remoto, respectivamente. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Estimativa de Cenários de evolução das taxas de juros deverá considerar a projeção dos cenários base, otimista e pessimista da Companhia, com base nos seus consultores financeiros, conforme descrito na Política de *Hedge*.

Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais	30/09/2012	Período até 30 de setembro de 2013		
	Valor Contábil	Cenário Provável SELIC 7,50% IPCA 5,56% TJLP 5,50%	Cenário Possível SELIC 9,38% IPCA 6,95% TJLP 6,88%	Cenário Remoto SELIC 11,25% IPCA 8,34% TJLP 8,25%
Ativos				
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras (nota 4)	969.866	1.040.180	1.057.760	1.075.339
Títulos e Valores Mobiliários (nota 5)	1.900.350	2.038.125	2.072.569	2.107.013
Fundos Vinculados	6	6	7	7
	2.870.222	3.078.311	3.130.336	3.182.359
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures - CDI (nota 17)	(3.691.545)	(3.959.182)	(4.026.091)	(4.093.001)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures - IPCA (nota 17)	(2.672.578)	(2.821.173)	(2.858.322)	(2.895.471)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures - TJLP (nota 17)	(1.513.124)	(1.596.346)	(1.617.152)	(1.637.956)
	(7.877.247)	(8.376.701)	(8.501.565)	(8.626.428)
Passivo Líquido Exposto	(5.007.025)	(5.298.390)	(5.371.229)	(5.444.069)
Efeito Líquido da Variação da SELIC	-	(291.365)	(364.204)	(437.044)

Risco de Liquidez

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto administram o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa. A Cemig Geração e Transmissão utiliza de dois tipos de visão. A primeira, orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses e a segunda projeta os saldos diariamente para 180 dias.

Com o objetivo de manter a segurança do caixa, a Companhia estabelece um caixa mínimo para suas operações.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, concedendo limites operacionais aos bancos com base em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, o controle da liquidez.

A Companhia aplica até 20% de seus recursos em fundo de investimento exclusivo de crédito privado. O restante é aplicado diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, podem ser observadas na tabela abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	584.696	288.129	2.143.751	2.478.315	2.691.334	8.186.225
Concessões a pagar	1.347	3.966	11.274	56.331	74.133	147.051
Dívida Pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ)	1.151	3.245	7.538	41.351	131.366	184.651
	<u>587.194</u>	<u>295.340</u>	<u>2.162.563</u>	<u>2.575.997</u>	<u>2.896.833</u>	<u>8.517.927</u>
- Pré-fixadas						
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	304	1	2	10.492	46.603	57.401
Fornecedores	249.050	-	-	-	-	-
	<u>836.548</u>	<u>295.341</u>	<u>2.162.565</u>	<u>2.586.489</u>	<u>2.943.436</u>	<u>8.575.328</u>

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto virem a incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa no período de janeiro a setembro de 2012, considerada como adequada em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia, foi de R\$5.187.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto venham a incorrer em perdas advindas da decretação de insolvência de Instituição Financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004 onde cada instituição é analisada segundo critérios de liquidez corrente, grau de alavancagem, grau de inadimplência, rentabilidade e custos além de análise de três agências de classificação de riscos financeiros. As instituições recebem limites máximos de alocação de recursos que são revisados periodicamente ou sob qualquer alteração nos cenários macroeconômicos da economia brasileira.

A Cemig Geração e Transmissão administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia.

Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, sempre atrelados ao CDI.

Como instrumento de gestão, a Companhia divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e em dois fundos de investimentos, que possuem aproximadamente 20% da carteira total. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo CEMIG. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas da Companhia e suas principais controladas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. Rating de agências de riscos;
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões;
3. Índice de Basiléia superior a 12.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL)**
Risco Federal	-		7,0%
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Máxima de 50%	Entre 2,8% e 7,0%
A2	Entre R\$1,0 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 30%	Entre 2,8% e 7,0%
B	Entre R\$400 milhões e R\$1,0 bilhão	Máxima de 20%	Entre 1,6% e 4,2%

** o percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Companhia estabelece também dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto possuem Contratos de Empréstimos e Financiamentos, com Cláusulas Restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros indicadores. O não atendimento dessas cláusulas poderia implicar no vencimento antecipado das dívidas. As cláusulas restritivas são semestrais, coincidentes com os semestres findos em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano.

b) Instrumentos Financeiros - Derivativos

Os instrumentos derivativos, contratados pela Companhia, suas controladas e controladas em conjunto têm o propósito de proteger as operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do Principal das operações com Derivativos não são registrados no Balanço Patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos registrados pelo valor justo.

A Companhia possui um Comitê e Gestão de Riscos Financeiros criado com o objetivo de monitorar os Riscos Financeiros, relativos à volatilidade e tendências dos índices de inflação, taxas de câmbio e taxas de juros que afetam suas transações financeiras e as quais poderiam afetar, negativamente, sua liquidez e lucratividade. Esse Comitê objetiva, ao implementar Planos de ação, a fixação de Diretrizes para operação proativa no ambiente de Riscos Financeiros.

A Companhia possui instrumentos derivativos contratados pela sua controlada indireta UNISA, que é controlada em conjunto pela TAESA. Esses derivativos tiveram como propósito proteger suas operações contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio, e não são utilizados para fins especulativos.

A Companhia, por meio das operações contratadas pela UNISA, está exposta a flutuação da taxa de câmbio em virtude dos financiamentos com o BID (parte indexada à uma cesta de moedas) e com o BID indexado a US\$. Para mitigar os efeitos da flutuação da taxa de câmbio, a UNISA utilizou-se de instrumentos financeiros derivativos (hedge) e contratou operações de opção de compra durante o exercício.

Por meio da controlada em conjunto Madeira, a Companhia possui hedge de fluxo de caixa destinado a proteção da exposição à variabilidade nos fluxos de caixa atribuíveis a um risco associado a um ativo ou passivo ou a uma transação futura altamente provável que podem impactar, de forma significativa, o resultado da Companhia. Trimestralmente são realizadas análises, pela controlada, com o objetivo de comprovar a efetividade das operações de hedge.

Os derivativos designados como “hedge de fluxo de caixa” e que se qualificarem para o hedge accounting devem ser devidamente documentados para este fim. A Companhia considera altamente efetivos os instrumentos que compensem entre 80% e 125% da mudança no preço do item para o qual a proteção foi contratada.

O quadro a seguir apresenta os Instrumentos Derivativos contratados pelas controladas em conjunto da Companhia em 30 de setembro de 2012.

Direito da Companhia	Obrigação da Companhia	Período de Vencimento	Mercado de Negociação	Valor principal contratado		Perda não realizada				Efeito acumulado	
						Valor Conforme contrato		Valor justo		Valor Recebido	Valor Pago
						30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	30/09/2012
Madeira Energia S.A.											
R\$ IGP-M	R\$ 5,86% pré-fixada	Em 12/2012	Balcão	R\$120.000	R\$120.000	1.434	618	1.434	618	602	-
Euro	Varição preço futuro do Euro	Em 02/2012	Opção	-	R\$2.375	-	3	-	3	-	-
TAESA											
ATE II Transmissora de Energia (*)											
Libor6M + Over Libor	USD	Em 11/2022	Swap	42.160	27.561	106	153	128	153	128	-
Libor6M + Over Libor	USD	Em 11/2018	Swap	4.632	3.028	7	6	3	6	3	-
ATE III Transmissora de Energia (*)											
Libor6M + Over Libor	USD	Em 05/2020	Swap	59.946	39.188	253	239	112	239	112	-
BRL	USD	Em 11/2012	Opção	4.699	3.072	197	470	521	470	521	-
BRL	USD	Em 05/2013	Opção	4.939	3.229	465	511	275	511	274	-
BRL	USD	Em 05/2012	Opção	4.196	2.743	-	112	-	112	-	-
Total						2.462	2.112	2.473	2.112	1.640	-

(*) Empresas controladas pela TAESA.

- 1) Os valores apresentam a operação proporcional à participação da Cemig GT
- 2) Os Valores Justos apresentam um ganho para a Companhia
- 3) Valores em Milhares de reais
- 4) Valor Recebido é o valor acumulado do exercício (Jan/12 a Mar/12)

Valor e tipo de margens dadas em garantia

A Companhia não deposita margens de garantias para os Instrumentos Derivativos.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras foi elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

c) Administração de Capital

A dívida da Companhia para a relação ajustada no capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	30/09/2012	31/12/2011
Total do Passivo	10.323.328	10.595.171
Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.016.930)	(1.550.033)
Títulos e Valores Mobiliários	(1.900.350)	(170.492)
Passivo Líquido	7.406.048	8.874.646
Total do Patrimônio Líquido	5.941.871	5.086.076
Valores acumulados no Patrimônio Líquido referente a hedge de fluxos de caixa	(529)	(703)
Capital Ajustado	5.941.342	5.085.373
Relação Passivo Líquido sobre Capital Ajustado	1,25	1,75

27. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos a valor justo; após o reconhecimento inicial, a companhia classifica os ativos e passivos financeiros entre as quatro categorias definidas para instrumentos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** – Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

Descrição	Saldo em 30 de setembro de 2012	Valor justo em 30 de setembro de 2012		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	562.598	-	562.598	-
Letras Financeiras do Tesouro	40.676	40.676		
Letras do Tesouro Nacional	79.592	79.592		
Letras Financeiras - Bancos	89.749	-	89.749	-
Operações Compromissadas	186.367		186.367	
Outros	115.900	-	115.900	-
	1.074.882	120.268	954.614	-

Metodologia de cálculo do valor justo

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras foi elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

28. DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - DVA

Conforme requerimento da CVM, aplicável às Companhias abertas e como informação adicional para fins de IFRS, a Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas.

Essas demonstrações, fundamentadas em conceitos macroeconômicos, buscam apresentar a parcela da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto na formação do Produto Interno Bruto por meio da apuração dos respectivos valores adicionados tanto pela Companhia, suas controladas e controladas em conjunto quanto o recebido de outras entidades, e a distribuição desses montantes aos seus empregados, esferas governamentais, arrendadores de ativos, credores por empréstimos, financiamentos e títulos de dívida, acionistas controladores e não controladores, e outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros. O referido valor adicionado representa a riqueza criada pela Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, de forma geral, medido pelas receitas de vendas de bens e dos serviços prestados, menos os respectivos insumos adquiridos de terceiros, incluindo também o valor adicionado produzido por terceiros e transferido à entidade.

29. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

EXERCÍCIO FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2012

(Em Milhares de Reais)

Os segmentos operacionais da Cemig Geração e Transmissão refletem o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, com diferentes legislações para os setores de geração e transmissão.

Os segmentos mencionados acima refletem a gestão da Companhia e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados. Os resultados operacionais são regularmente revistos pelos principais gestores das operações da Companhia, considerando os segmentos operacionais de Geração e Transmissão para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados a estes segmentos e para a avaliação de seus desempenhos de forma individualizada. Em decorrência do marco regulatório do setor elétrico brasileiro, não existe segmentação por área geográfica.

DESCRIÇÃO	Geração	Transmissão	Eliminação	Total
ATIVO	10.047.088	6.612.803	(394.692)	16.265.199
INVESTIMENTO	415.166	1.023.616	-	1.438.782
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	3.048.953	891.218	(8.927)	3.931.244
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(429.297)	-	-	(429.297)
Encargo de Uso do Sist. de Transmissão	(207.610)	(158)	8.915	(198.853)
	(636.907)	(158)	8.915	(628.150)
CUSTO DE OPERAÇÃO				
Pessoal	(137.606)	(98.581)	-	(236.187)
Participação dos Empregados	(27.733)	(16.086)	-	(43.819)
Obrigação Pós Emprego	(15.116)	(7.378)	-	(22.494)
Material	(12.216)	(7.549)	-	(19.765)
Serviços de Terceiros	(82.786)	(49.276)	12	(132.050)
Depreciação e Amortização	(260.216)	(534)	-	(260.750)
Provisões	(4.501)	1.234	-	(3.267)
Compensação Financeira pela Util. Recursos Hídricos	(134.914)	-	-	(134.914)
Custo de Construção	-	(77.385)	-	(77.385)
Outras	(42.625)	(23.727)	-	(66.352)
	(717.713)	(279.282)	12	(996.983)
CUSTO TOTAL	(1.354.620)	(279.440)	8.927	(1.625.133)
Resultado Operac. antes do Res. de Equiv. Patrim. e Financeiro	1.694.333	611.778	-	2.306.111
Ganho na Emissão de Ações	-	253.538	-	253.538
Resultado de Equivalência Patrimonial	(2.201)	-	-	(2.201)
Receitas Financeiras	91.037	100.646	-	191.683
Despesas Financeiras	(294.060)	(385.567)	-	(679.627)
Resultado antes do IR e CSLL	1.489.109	580.395	-	2.069.504
Imposto de Renda e Contribuição Social	(530.060)	(66.335)	-	(596.395)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	53.751	(65.158)	-	(11.407)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.012.800	448.902	-	1.461.702

EXERCÍCIO FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2011

(Em Milhares de Reais)

DESCRIÇÃO	Geração	Transmissão	Eliminação	Total
ATIVO	10.240.166	5.489.014	(191.338)	15.537.842
INVESTIMENTO	(414.900)	(50.784)	-	(465.684)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.596.690	764.532	(9.636)	3.351.586
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(428.971)	-	-	(428.971)
Encargo de Uso do Sist. de Transmissão	(188.204)	(146)	9.191	(179.159)
	(617.175)	(146)	9.191	(608.130)
CUSTO DE OPERAÇÃO				
Pessoal	(123.241)	(92.334)	-	(215.575)
Participação dos Empregados	(10.978)	(5.359)	-	(16.337)
Obrigação Pós Emprego	(14.003)	(6.835)	-	(20.838)
Material	(7.174)	(6.237)	-	(13.411)
Serviços de Terceiros	(68.876)	(32.879)	445	(101.310)
Depreciação e Amortização	(276.472)	(634)	-	(277.106)
Provisões	(6.265)	(2.372)	-	(8.637)
Compensação Financeira pela Util. Recursos Hídricos	(107.768)	-	-	(107.768)
Custo de Construção	-	(50.784)	-	(50.784)
Outras	(38.042)	(16.550)	-	(54.592)
	(652.819)	(213.984)	445	(866.358)
CUSTO TOTAL	(1.269.994)	(214.130)	9.636	(1.474.488)
Resultado Operac. antes do Res. de Equiv. Patrim. e Financeiro	1.326.696	550.402	-	1.877.098
Receitas Financeiras	127.378	82.578	-	209.956
Despesas Financeiras	(364.264)	(332.096)	-	(696.360)
Resultado antes do IR e CSLL	1.089.810	300.884	-	1.390.694
Imposto de Renda e Contribuição Social	(327.177)	(35.915)	-	(363.092)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	41.337	(79.787)	-	(38.450)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	803.970	185.182	-	989.152

30. DEMONSTRAÇÕES SEGREGADAS POR EMPRESA

EXERCÍCIO FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2012

(Em Milhares de Reais)

Descrição	GT	TAESA	Eólicas	Madeira	Outras	Eliminações	Total
ATIVO	12.350.847	4.213.413	341.615	1.543.124	875.146	(3.058.946)	16.265.199
Caixa e Equivalentes de Caixa	632.088	223.034	7.077	94.209	60.522	-	1.016.930
Contas a Receber	571.956	73.287	5.928	7.486	9.774	(1.098)	667.333
Títulos e Valores Mobiliários - Aplic. Financeira	857.488	1.021.041	10.493	-	11.328	-	1.900.350
Tributos	85.880	75.402	1.325	8.091	7.381	-	178.079
Outros Ativos	428.475	31.593	1.601	33.342	9.917	(161.323)	343.605
Investimento/Imob/Intangível/Financeiro de Concessão	9.774.960	2.789.056	315.191	1.399.996	776.224	(2.896.525)	12.158.902
PASSIVO	12.350.847	4.213.413	341.615	1.543.124	875.146	(3.058.946)	16.265.199
Fornecedores e Suprimentos	133.417	17.911	14.986	62.075	21.624	(1.103)	248.910
Empréstimos, Financiamentos e Debentures	4.724.680	2.081.917	204.876	1.034.264	197.889	-	8.243.626
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	166.733	92.909	-	-	23.703	(145.199)	138.146
Obrigações Pós-Emprego	442.362	-	-	-	-	-	442.362
Tributos	498.318	129.641	4.187	2.108	22.192	-	656.446
Outros Passivos	443.466	53.894	1.304	87.112	24.166	(16.104)	593.838
Patrimônio Líquido	5.941.871	1.837.141	116.262	357.565	585.572	(2.896.540)	5.941.871
RESULTADO							
Receita Operacional Líquida	3.303.816	528.841	23.948	15.682	67.884	(8.927)	3.931.244
CUSTOS E DESPESA OPERACIONAL							
Pessoal - Empregados e Administradores	(212.762)	(20.370)	(193)	(1.447)	(1.415)	-	(236.187)
Participação dos Empregados e Administradores	(41.151)	(2.588)	-	(80)	-	-	(43.819)
Obrigações Pós-Emprego	(22.494)	-	-	-	-	-	(22.494)
Materiais	(16.697)	(2.323)	(66)	(344)	(335)	-	(19.765)
Serviços de Terceiros	(94.199)	(23.232)	(2.645)	(5.995)	(5.991)	12	(132.050)
Comp. Financ Utilização Recursos Hídricos	(133.900)	-	-	(207)	(807)	-	(134.914)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(421.422)	-	-	(4.128)	(3.747)	-	(429.297)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(200.445)	-	(2.254)	(3.038)	(2.031)	8.915	(198.853)
Depreciação e Amortização	(236.778)	(644)	(14.799)	(2.593)	(5.936)	-	(260.750)
Provisões Operacionais	(2.215)	1.961	-	(3.013)	-	-	(3.267)
Custo de Construção	(70.079)	(4.990)	-	-	(2.316)	-	(77.385)
Outras Despesas Líquidas	(54.942)	(6.067)	(2.421)	(682)	(2.240)	-	(66.352)
	(1.507.084)	(58.253)	(22.378)	(21.527)	(24.818)	8.927	(1.625.133)
Resultado Operac. antes do Res. de Equiv. Patrim. e Financeiro	1.796.732	470.588	1.570	(5.845)	43.066	-	2.306.111
Ganho na Emissão de Ações	-	253.538	-	-	-	-	253.538
Resultado de Equivalência Patrimonial	485.097	-	-	(2.201)	-	(485.097)	(2.201)
Receita Financeira	105.070	74.143	1.149	2.439	8.882	-	191.683
Despesa Financeira	(436.959)	(194.875)	(12.822)	(22.542)	(12.429)	-	(679.627)
Resultado antes do IR e CSLL	1.949.940	603.394	(10.103)	(28.149)	39.519	(485.097)	2.069.504
Imposto de Renda e Contribuição Social	(542.972)	(42.549)	(1.283)	-	(9.591)	-	(596.395)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	54.734	(64.214)	156	1.228	(3.311)	-	(11.407)
Resultado do Período	1.461.702	496.631	(11.230)	(26.921)	26.617	(485.097)	1.461.702

EXERCÍCIO FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2011

(Em Milhares de Reais)

Descrição	GT	TAESA	Eólicas	Madeira	Outras	Eliminações	Total
ATIVO	12.939.686	2.694.506	357.725	1.143.223	639.332	(2.236.630)	15.537.842
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.902.971	269.725	12.004	64.733	32.291	-	2.281.724
Contas a Receber	584.155	61.763	4.564	-	6.496	(1.448)	655.530
Títulos e Valores Mobiliários - Aplic. Financeira	80.477	-	-	-	-	-	80.477
Tributos	647.464	368.105	1.559	5.785	2.661	-	1.025.574
Outros Ativos	423.622	6.014	6.380	15.076	7.013	(189.891)	268.214
Investimento/Imob/Intangível/Financeiro de Concessão	9.300.997	1.988.899	333.218	1.057.629	590.871	(2.045.291)	11.226.323
PASSIVO	12.939.686	2.694.506	357.725	1.143.223	639.332	(2.236.630)	15.537.842
Fornecedores e Suprimentos	154.228	4.276	18.023	33.844	5.327	(1.904)	213.794
Empréstimos, Financiamentos e Debentures	5.647.049	880.664	214.235	943.135	151.701	-	7.836.784
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	370.410	188.952	-	-	1.669	(190.621)	370.410
Obrigações Pós-Emprego	437.462	-	-	-	-	-	437.462
Tributos	1.096.293	215.462	4.403	1.742	10.712	-	1.328.612
Outros Passivos	389.697	31.783	399	43.138	40.036	1.180	506.233
Patrimônio Líquido	4.844.547	1.373.369	120.665	121.364	429.887	(2.045.285)	4.844.547
RESULTADO							
Receita Operacional Líquida	2.861.742	434.379	18.120	-	46.981	(9.636)	3.351.586
CUSTOS E DESPESA OPERACIONAL							
Pessoal - Empregados e Administradores	(195.319)	(18.722)	(215)	(202)	(1.117)	-	(215.575)
Participação dos Empregados e Administradores	(16.337)	-	-	-	-	-	(16.337)
Obrigações Pós-Emprego	(20.838)	-	-	-	-	-	(20.838)
Materiais	(10.290)	(2.996)	(56)	(1)	(68)	-	(13.411)
Serviços de Terceiros	(85.577)	(10.844)	(3.124)	(1.167)	(1.043)	445	(101.310)
Comp. Financ Utilização Recursos Hídricos	(107.389)	-	-	-	(379)	-	(107.768)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(428.940)	-	-	-	(31)	-	(428.971)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(185.085)	-	(2.120)	-	(1.145)	9.191	(179.159)
Depreciação e Amortização	(256.049)	(634)	(14.985)	-	(5.438)	-	(277.106)
Provisões Operacionais	(9.322)	685	-	-	-	-	(8.637)
Custo de Construção	(35.787)	(722)	-	-	(14.275)	-	(50.784)
Outras Despesas Líquidas	(48.929)	(2.570)	(715)	(94)	(2.284)	-	(54.592)
	(1.399.862)	(35.803)	(21.215)	(1.464)	(25.780)	9.636	(1.474.488)
Resultado Operac. antes do Res. de Equiv. Patrim. e Financeiro	1.461.880	398.576	(3.095)	(1.464)	21.201	-	1.877.098
Ganho na Emissão de Ações	-	-	-	-	-	-	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	210.177	-	-	-	-	(210.177)	-
Receita Financeira	181.825	24.471	1.062	669	1.929	-	209.956
Despesa Financeiro	(563.423)	(88.870)	(13.878)	(19.098)	(11.091)	-	(696.360)
Resultado antes do IR e CSLL	1.290.459	334.177	(15.911)	(19.893)	12.039	(210.177)	1.390.694
Imposto de Renda e Contribuição Social	(345.199)	(14.989)	(1.396)	103	(1.611)	-	(363.092)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	43.891	(78.827)	129	-	(3.643)	-	(38.450)
Resultado do Período	989.151	240.361	(17.178)	(19.790)	6.785	(210.177)	989.152

31. RENOVAÇÃO DAS CONCESSÕES – MEDIDA PROVISÓRIA 579 DE 11/09/2012

Em 11 de setembro de 2012, foi emitida pelo Governo Federal a Medida Provisória nº 579 (“MP”), que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências.

Por meio da aludida MP, o Governo pretendeu encerrar as discussões se as concessões de energia elétrica, tratadas nos artigos 17, §5º, 19 e 22 da Lei nº 9.074, de 07/07/1995, cujos prazos de vencimento ocorreriam a partir de 2015, poderiam ser prorrogadas por mais até 20 anos, conforme condições estabelecidas na referida Lei e nos respectivos Contratos de Concessão, ou se estas seriam licitadas.

Assim, a MP 579/2012, ao tratar das prorrogações das concessões de distribuição, transmissão e geração de energia elétrica alcançadas pelos artigos listados acima impôs novas condições de prorrogação às concessionárias, permitindo a prorrogação por um prazo de até 30 anos, com a antecipação do vencimento dessas concessões e assinatura de Termos Aditivos aos respectivos Contratos de Concessão com o Poder Concedente estabelecendo as novas condições.

A prorrogação prevista depende ainda da aceitação expressa dos critérios de remuneração, alocação da energia e padrões de qualidade constantes da MP, estando ainda prevista à indenização dos ativos ainda não amortizados ou depreciados com base no valor novo de reposição - VNR, excetuando-se os ativos de transmissão existentes em 31 de maio de 2000, que foram considerados como totalmente amortizados.

Conforme também previsto, as concessões que não forem prorrogadas nos termos da MP serão licitadas, na modalidade leilão ou concorrência, por até 30 anos.

A Cemig GT possui, aproximadamente, 7 GW de Capacidade Instalada e 5 mil Km de Linhas de Transmissão, que serão afetadas em maior ou menor grau, pelas medidas anunciadas.

Em observância ao previsto na MP, a Cemig, em 15 de outubro de 2012, encaminhou para a ANEEL a manifestação de interesse da Companhia na prorrogação de seus Contratos de Concessão de geração e transmissão de energia elétrica que no entender da Companhia estavam dentro dos critérios da MP, sem prejuízo de eventuais direitos previstos na lei de conversão.

Também em consonância com os prazos previstos na MP, através das Portarias do Ministério das Minas e Energia, MME nº 578 e nº 579, de 31 de outubro de 2012, foram definidas as tarifas iniciais para as usinas hidrelétricas enquadradas na MP e as receitas iniciais de transmissão de energia elétrica, enquadradas no art. 6º da Medida Provisória nº 579, de 2012, para efeito da antecipação da prorrogação das concessões.

Em 1º de novembro de 2012, através da Portaria Interministerial MME nº 580, foram definidos os valores de indenização a serem pagos aos concessionários de geração e de transmissão, que optarem por antecipar os efeitos da prorrogação das concessões.

Conforme mencionado acima, foram requeridas a renovação dos contratos de concessão relacionados abaixo:

1. Serviço de geração de energia elétrica para as centrais geradoras relacionadas abaixo, constantes do Contrato de Concessão nº 007/97- CEMIG Geração, com ressalvas referentes a preço de energia, valor residual dos ativos e condições operativas. Para essas concessões, não foi prevista indenização pelo Poder Concedente, conforme Portaria Interministerial MME nº 580. O valor das tarifas propostas, bem como o saldo líquidos destas centrais geradoras mensurados pelo custo atribuído (base do registro societário) e pelo custo histórico é como segue:

Central Geradora	Valor tarifa divulgada – Portaria MME 578/12 R\$/kW.ano	Valor tarifa correspondente em R\$/MWh	Saldo líquido dos ativos com base no custo histórico em 30/09/12	Saldo líquido dos ativos com base no custo atribuído em 30/09/12
UHE Três Marias	58,48553	11,06220	54.641	462.838
UHE Volta Grande	59,08092	11,19158	30.183	86.710
UHE Salto Grande	89,27921	13,86070	10.178	45.588
UHE Itutinga	94,88619	20,11612	3.011	10.745
UHE Camargos	92,23039	23,06261	4.936	23.444
PCH Piau	140,93844	21,41614	1.650	12.974
PCH Gafanhoto	127,51929	30,50868	2.033	17.367
PCH Peti	158,8735	27,58587	1.345	10.177
PCH Tronqueiras	146,19005	34,26354	2.125	14.613
PCH Joasal	160,02056	29,50853	1.721	10.707
PCH Martins	129,76072	45,08264	472	3.395
PCH Cajuru	152,18112	35,94264	4.113	4.997
PCH Paciência	188,19722	37,14131	1.146	5.866
PCH Marmelos	204,86441	32,48104	994	6.529
PCH Dona Rita	193,26319	51,62081	674	4.099
PCH Sumidouro	139,73608	99,46296	2.201	1.719
PCH Anil	216,85424	46,80955	269	365
PCH Poquim	251,18478	Em análise	2.341	4.795
			<u>124.033</u>	<u>762.928</u>

Nota: Os valores referentes ao custo atribuído foram registrados quando da adoção das novas normas de contabilidade em conformidade aos padrões internacionais, em 01/01/09, sendo que a diferença entre o montante do custo atribuído e o custo histórico está registrada diretamente em rubrica específica do Patrimônio Líquido da Companhia, sem efeito inicial do registro no resultado da Companhia.

Para as concessões das usinas de Jaguará, São Simão e Miranda, cujas concessões terão o seu prazo de vencimento em 08/13, 01/15 e 12/16, respectivamente, a Companhia entende que tem direito a prorrogação das concessões nas condições anteriores a MP 579, conforme cláusulas estabelecidas nos contratos de concessão e no artigo 19 da Lei nº 9.74/1995. Os saldos históricos dos ativos das usinas mencionadas correspondem em 30 de setembro de 2012 ao valor de R\$1.044.166 e com base no custo atribuído, utilizado na adoção dos novos padrões de contabilidade, correspondem ao valor de R\$1.334.511.

2. Serviço público de transmissão de energia elétrica, contrato de concessão No 006/97 – CEMIG, referente às instalações de transmissão sob a sua responsabilidade classificadas como integrantes da Rede Básica, de acordo com a Lei no 9.074/95 e regulamentação pertinente, com ressalvas referente a receita autorizada, condições operativas e valor residual dos ativos. A indenização prevista na Portaria Interministerial MME nº 580 para os ativos de transmissão da Companhia foi de R\$285.438, sendo que a receita anual determinada na Portaria MME nº 579 foi de R\$148.536. Em 30 de setembro de 2012, a Companhia mantém ativos financeiros registrados no montante R\$ 722.732 referente ao contrato 006/97.

Conforme estabelecido na MP, a Companhia tem até a data de 04 de dezembro de 2012 para se manifestar sobre a concordância com as tarifas previstas para as concessões de geração e transmissão mencionadas, bem como sobre o valor das indenizações previstas para fins de assinatura da renovação dos contratos de concessão. Caso a Companhia não venha a aceitar os termos previstos pelo Poder Concedente, manterá a operação dos ativos até o final do prazo de cada uma das concessões mencionadas, suportada pelos contratos de concessão ainda vigentes.

Tendo em vista que a Companhia ainda não se manifestou de forma definitiva sobre a aceitação das condições previstas na MP para a antecipação da renovação das suas concessões e a avaliação sobre a indenização prevista, não é possível determinar os impactos financeiros futuros da MP em suas Demonstrações Contábeis.

DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO CONSOLIDADO

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Resultado do Período

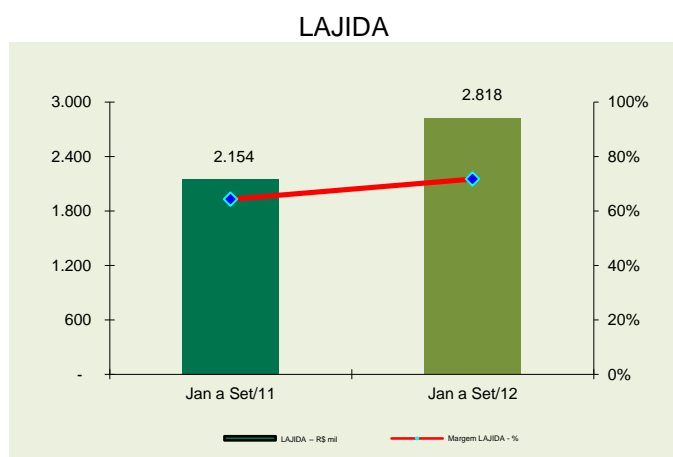
A Cemig Geração e Transmissão apresentou, no período de janeiro a setembro de 2012, um resultado de R\$1.461.702, em comparação ao resultado de R\$989.152 no período de janeiro a setembro de 2011, um aumento de 47,77%. Este resultado deve-se principalmente ao reconhecimento de um ganho na emissão de ações no montante de R\$253.538, advindo do IPO da Taesa. Vide nota 12.

Também contribuiu para o melhor resultado em 2012, o aumento de 17,30% na receita, parcialmente compensado pelo aumento de 10,22% nos Custos e Despesas Operacionais. As principais variações na receita, nos custos e despesas estão apresentadas na sequência deste relatório.

LAJIDA

O LAJIDA consolidado da Cemig Geração e Transmissão apresentou um aumento no período de janeiro a setembro 2012 na comparação com o período de janeiro a setembro de 2011, conforme pode ser verificado na tabela abaixo:

LAJIDA - R\$ mil	30/09/2012	30/09/2011	Var %
Resultado do Período	1.461.702	989.152	47,77
+ Despesa de IR e Contribuição Social Correntes e Diferidos	607.802	401.542	51,37
+ Resultado Financeiro Líquido	487.944	486.404	0,32
+ Amortização e Depreciação	260.750	277.106	(5,90)
= LAJIDA CONSOLIDADO	2.818.198	2.154.204	30,82



O crescimento do LAJIDA consolidado no período de janeiro a setembro de 2012 em comparação ao período de janeiro a setembro de 2011 deve-se, principalmente, ao ganho na emissão de ações comentado anteriormente e ao aumento de 17,30% na receita, compensado parcialmente pelo aumento de 13,95% nos custos e despesas operacionais (excluídos os efeitos das despesas com depreciação e amortização). Em decorrência da maior eficiência operacional no período de janeiro a setembro de 2012 em comparação ao mesmo período do ano anterior, a margem do LAJIDA passou de 64,27% no período de janeiro a setembro de 2011 para 71,69% no período de janeiro a setembro de 2012.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	Consolidado					
	MWh (*)			R\$ milhões		
	30/09/2012	30/09/2011	Var %	30/09/2012	30/09/2011	Var %
Industrial	15.080.418	14.800.477	1,89	2.055.926	1.835.461	12,01
Comercial	169.515	67.409	151,47	44.611	15.748	183,28
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	-	15.445	59.427	(74,01)
	15.249.933	14.867.886	2,57	2.115.982	1.910.636	10,75
Suprimento a Outras Concessionárias	10.559.992	11.152.648	(5,31)	1.239.328	1.099.399	12,73
Transações com energia na CCEE	3.163.610	3.231.648	(2,11)	263.327	110.330	138,67
Vendas no Proinfa	83.035	65.043	27,66	24.857	18.817	32,10
Total	29.056.570	29.317.225	(0,89)	3.643.494	3.139.182	16,07

(*) Informações, em MWh, não revisadas pelos auditores independentes

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$3.643.494 no período de janeiro a setembro de 2012 em comparação a R\$3.139.182 no período de janeiro a setembro de 2011, representando um aumento de 16,07%.

Este resultado decorre principalmente do aumento de 2,57% na quantidade de energia elétrica fornecida a consumidores livres associado à variação do preço médio que passou de R\$128,51 no período de janeiro a setembro de 2011 para R\$138,75 no período de janeiro a setembro de 2012, um aumento de 7,97%.

Apesar da quantidade de energia vendida a outras concessionárias ter reduzido em 5,31%, houve um aumento de 12,73% na receita com energia vendida, R\$1.239.328 no período de janeiro a setembro de 2012 comparados a R\$1.099.399 no período de janeiro a setembro de 2011, em função do aumento de 19,05% no preço médio de venda da energia, R\$117,36 em 2012 em comparação a R\$98,58 em 2011.

A receita com transações com energia na CCEE foi de R\$263.327 no período de janeiro a setembro de 2012 em comparação a R\$110.330 no período de janeiro a setembro de 2011, representando um aumento de 138,67%. Este resultado decorre principalmente do aumento médio do Preço de Liquidação das Diferenças – PLD que passou de R\$24,96 por MWh no período de janeiro a setembro de 2011 para R\$116,42 por MWh no período de janeiro a setembro de 2012.

Receita de Concessão da Transmissão

Para as concessões antigas, a Receita de Uso da Rede refere-se à tarifa cobrada dos agentes do setor elétrico, incluindo os consumidores livres ligados na alta tensão, pela utilização da rede básica de transmissão, associada ao Sistema Interligado Brasileiro, deduzindo-se os valores recebidos que são utilizados para amortização do ativo financeiro. Para as concessões novas, inclui a parcela recebida dos agentes do setor elétrico referente a operação e manutenção das linhas de transmissão e também o ajuste a valor presente do ativo financeiro de transmissão constituído, em sua maior parte, durante o período de construção dos empreendimentos de transmissão. As taxas utilizadas para a atualização do ativo correspondem à remuneração do capital aplicado nos empreendimentos, variando em conformidade ao modelo do empreendimento e do custo do capital da investidora.

A receita de concessão da transmissão foi de R\$1.182.702 no período de janeiro a setembro de 2012 comparados a R\$998.878 no período de janeiro a setembro de 2011, um aumento de 18,40%. Esta variação decorre principalmente do aumento dos ativos de transmissão da Companhia em função das novas aquisições ocorridas no segundo semestre de 2011, principalmente da Abengoa, adquirida por meio de nossa controlada em conjunto TAESA. A receita de transmissão agregada pela TAESA, proporcional à nossa participação, foi de R\$581.311 no período de janeiro a setembro de 2012 comparada a R\$455.515 no mesmo período do ano anterior.

Mais detalhes na Nota Explicativa nº 22 das Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

Impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$990.250 no período de janeiro a setembro de 2012 comparados a R\$852.476 no período de janeiro a setembro de 2011, um aumento de 16,16%. As principais variações nos impostos que incidiram sobre a receita são como segue:

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Os gastos com CDE foram de R\$35.932 no período de janeiro a setembro de 2012 na comparação com R\$27.487 no período de janeiro a setembro de 2011, com aumento de 30,72%, e tem como destinação incentivar o desenvolvimento e competitividade de fontes alternativas de energia. Os pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL. A Cemig Geração e Transmissão é, apenas, repassadora deste custo, uma vez que o valor da CDE é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás.

Conta de Consumo de Combustível – CCC

Os gastos com CCC não apresentaram variação expressiva nos períodos comparados, R\$43.966 no período de janeiro a setembro de 2012 comparados a R\$44.152 no período de janeiro a setembro de 2011. Refere-se aos custos de operação das Usinas térmicas dos Sistemas Interligado e Isolado Brasileiro, rateados entre os Concessionários de energia elétrica por meio de Resolução da ANEEL. A Cemig Geração e Transmissão é, apenas, repassadora deste custo, uma vez que o valor da CCC é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás.

As demais deduções à receita referem-se a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro e equivalência patrimonial)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R\$1.625.133 no período de janeiro a setembro de 2012 na comparação com R\$1.474.488 no período de janeiro a setembro de 2011, representando um aumento de 10,22%. Vide mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais na Nota Explicativa nº 23 das Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

As principais variações, nas despesas, estão descritas a seguir:

Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$198.853 no período de janeiro a setembro de 2012, comparados a R\$179.159 no período de janeiro a setembro de 2011, representando um aumento de 10,99%. Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Geração e Distribuição de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$236.187 no período de janeiro a setembro de 2012 comparados a R\$215.575 no período de janeiro a setembro de 2011, representando um aumento de 9,56%. Este resultado decorre, principalmente, do reajuste salarial dos empregados em função do acordo coletivo de novembro de 2011, com reajuste médio de 8,20%.

Participação de Empregados e Administradores no Resultado

A despesa com Participação de Empregados e Administradores no Resultado foi de R\$43.819 no período de janeiro a setembro de 2012, comparados a R\$16.337 no mesmo período de 2011, representando um aumento de 168,22%. A expressiva variação entre os dois períodos deve-se ao reconhecimento em 2012 da Participação já acordada com as entidades sindicais para o exercício, sendo que em 2011 a maior parcela somente foi provisionada no quarto trimestre do ano, considerando que o acordo foi concluído em dezembro de 2011.

Serviços de Terceiros

A despesa com Serviços de Terceiros foi de R\$132.050 no período de janeiro a setembro de 2012 na comparação com R\$101.310 no período de janeiro a setembro de 2011 representando um aumento de 30,34%. As principais variações ocorreram nos serviços de consultoria, contratados pela controlada em conjunto TAESA, e nos serviços de manutenção de instalações e equipamentos elétricos. A despesa com consultoria advinda pela consolidação da Controlada em conjunto TAESA foi de R\$8.474 num total de R\$10.631 no período de janeiro a setembro de 2012. O detalhamento dos serviços de terceiros está demonstrado na Nota Explicativa nº 23b das Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos

A despesa com Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos foi de R\$134.914 no período de janeiro a setembro de 2012 na comparação com R\$107.768 no período de janeiro a setembro de 2011 representando um aumento de 25,19%. A variação decorre principalmente do maior geração de energia no período, associado à variação de 6,63% no Fator de Atualização determinado pela Aneel.

Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão

Os Custos de Construção foram de R\$77.385 no período de janeiro a setembro de 2012 comparados a R\$50.784 no período de janeiro a setembro de 2011, representando um aumento de 52,38%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção e seu aumento decorre de maior investimento em ativos da concessão no exercício de 2012.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$487.944 no período de janeiro a setembro de 2012 comparada a uma despesa financeira líquida de R\$486.404 no período de janeiro a setembro de 2011, um aumento de 0,32%. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- Redução de 36,87% na receita de aplicações financeiras em decorrência de menor volume de recursos aplicados em 2012.
- Receita de variação cambial: R\$24.026 no período de janeiro a setembro de 2012 comparados a R\$17 no período de janeiro a setembro de 2011. Essa variação decorre, principalmente, de resultado de aplicações financeiras em moeda estrangeira da controlada em conjunto TAESA.
- Redução na despesa de Encargos de Empréstimos e Financiamentos: R\$453.082 no período de janeiro a setembro de 2012 comparados a R\$564.205 no período de janeiro a setembro de 2011. Essa redução de 17,90% decorre basicamente da menor variação do CDI no período de janeiro a setembro de 2012 em comparação ao mesmo período de 2011. A variação do CDI, no período de janeiro a setembro de 2012 foi de 6,59% comparada a 8,69% no período de janeiro a setembro de 2011.
- Despesa de variação cambial: O valor da despesa com variação cambial no montante de R\$36.650 decorre, principalmente, de variações cambiais de contratos de empréstimos lastreados em dólar assumidos pela controlada em conjunto TAESA em decorrência da aquisição da Abengoa.
- Variação monetária das concessões onerosas: O valor da variação monetária foi de R\$28.746 no período de janeiro a setembro de 2012 comparados a R\$16.448 no período de janeiro a setembro de 2011. Este resultado decorre, principalmente, da variação do IGP-M que passou de 4,15% nos nove meses de 2011 para 7,09% no mesmo período de 2012.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na Nota Explicativa nº 24 das Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia apurou no período de janeiro a setembro de 2012 despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$607.802 em relação ao Resultado de R\$2.069.504, representando um percentual de 29,37%. No período de janeiro a setembro de 2011, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$401.542 em relação ao Resultado de R\$1.390.694 milhões antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 28,87%. Estas taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 9 das Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS TERCEIROS TRIMESTRES DE 2012 E 2011

	Terceiro Trim/12	Terceiro Trim/11	Var. %
RECEITA	1.480.602	1.297.129	14,14
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal	(77.824)	(70.597)	10,24
Participação dos Empregados no resultado	(14.387)	(11.244)	27,95
Obrigações Pós-emprego FORLUZ	(7.498)	(6.946)	7,95
Materiais	(11.718)	(3.987)	193,91
Serviços de Terceiros	(41.983)	(35.645)	17,78
Depreciação e Amortização	(80.064)	(92.937)	(13,85)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(43.056)	(37.334)	15,33
Reversão (Provisões) Operacionais	3.397	(6.912)	(149,15)
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão	(67.896)	(64.301)	5,59
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(186.792)	(147.609)	26,55
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(31.708)	(22.602)	40,29
Outros Custos de Operação	(20.230)	(18.124)	11,62
	(579.759)	(518.238)	11,87
Resultado antes do Resultado Financeiro	900.843	778.891	15,66
Ganho na Emissão de Ações	253.538	-	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	(743)	-	-
Receitas Financeiras	72.914	73.795	(1,19)
Despesas Financeiras	(227.512)	(228.707)	(0,52)
Resultado antes dos Impostos	999.040	623.979	60,11
Imposto de Renda e Contribuição Social	(257.691)	(146.499)	75,90
Resultado do Período	741.349	477.480	55,26

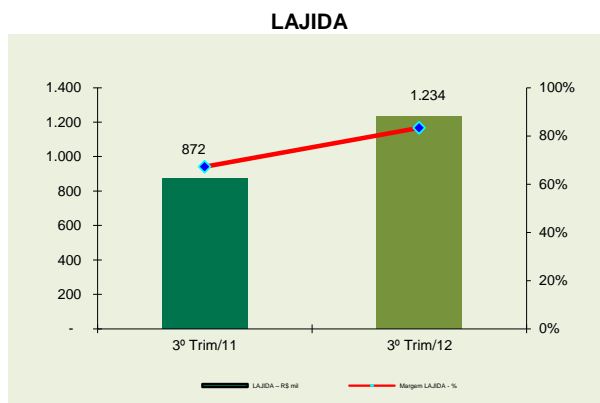
Resultado do Trimestre

A Companhia apresentou, no terceiro trimestre de 2012, um resultado líquido de R\$741.349, em comparação ao resultado líquido de R\$477.480 no terceiro trimestre de 2011, representando um aumento de 55,26%. Este resultado deve-se principalmente ao reconhecimento de um ganho na emissão de ações no montante de R\$253.538, advindo do IPO da Taesa. Vide nota 12.

LAJIDA

O LAJIDA da Cemig Geração e Transmissão apresentou um aumento no terceiro trimestre de 2012 na comparação com o terceiro trimestre de 2011, conforme pode ser verificado na tabela abaixo:

LAJIDA	Terceiro Trim/12	Terceiro Trim/11	Var %
Resultado do Período	741.349	477.480	55,26
+ Despesa de IR e Contribuição Social Correntes e Diferidos	257.691	146.499	75,90
+ Resultado Financeiro Líquido	154.598	154.912	(0,20)
+ Amortização e Depreciação	80.064	92.937	(13,85)
= LAJIDA	1.233.702	871.828	41,51



O aumento do LAJIDA, no terceiro trimestre de 2012 em comparação ao terceiro trimestre de 2011, deve-se, principalmente, ao ganho com a emissão de ações comentado anteriormente e ao aumento de 14,14% na receita, compensado parcialmente pelo aumento de 17,49% nos custos e despesas operacionais (excluídos os efeitos das despesas com depreciação e amortização). Em linha com o aumento do LAJIDA, a margem do LAJIDA passou de 67,23% em 2011, para 83,34% em 2012.

Composição da Receita

	Consolidado IFRS		
	Terceiro Trim/12	Terceiro Trim/11	Var. %
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos	1.271.197	1.103.491	15,20
Receita de Concessão de Transmissão – com impostos	517.250	466.478	10,88
Receita de Infraestrutura – com impostos	31.773	22.602	40,57
Outras receitas operacionais	6.206	8.164	(23,98)
Impostos e Encargos incidentes sobre as receitas acima	(345.824)	(303.606)	13,91
	1.480.602	1.297.129	14,14

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	MWh (**)			R\$		
	Terceiro Trim/12	Terceiro Trim/11	Var. %	Terceiro Trim/12	Terceiro Trim/11	Var. %
Industrial	5.303.774	5.183.193	2,33	736.295	663.846	10,91
Comercial	58.833	24.212	142,99	15.450	5.619	174,95
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	-	11.056	9.462	16,85
	5.362.607	5.207.405	2,98	762.801	678.927	12,35
Suprimento a Outras Concessionárias (*)	3.554.682	3.845.669	(7,57)	452.787	379.745	19,23
Transações com Energia na CCEE	695.937	619.334	12,37	46.265	32.402	42,78
Vendas Proinfra	31.728	39.465	(19,60)	9.344	12.417	24,75
Total	9.644.954	9.711.873	(0,69)	1.271.197	1.103.491	15,20

(*) Inclui Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

(**) Informações, em MWh, não revisadas pelos auditores independentes

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$1.271.197 no terceiro trimestre de 2012, em comparação a R\$1.103.491 no terceiro trimestre de 2011, representando um aumento de 15,20%.

Este resultado decorre principalmente do aumento de 2,98% na quantidade de energia elétrica fornecida a consumidores livres associado à variação do preço médio que passou de R\$130,38 por MWh no terceiro trimestre de 2011 para R\$142,24 por MWh no terceiro trimestre de 2012, um aumento de 9,10%.

Apesar da quantidade de energia vendida a outras concessionárias ter reduzido em 7,57%, houve um aumento de 19,23% na receita com energia vendida, R\$452.787 no terceiro trimestre de 2012 comparados a R\$379.745 no terceiro trimestre de 2011, em função do aumento de 28,99% no preço médio de venda da energia, R\$127,38 em 2012 em comparação a R\$98,75 em 2011.

A receita com transações com energia na CCEE foi de R\$46.265 no terceiro trimestre de 2012 em comparação a R\$32.402 no terceiro trimestre de 2011, representando um aumento de 42,78%. Este resultado decorre principalmente do aumento médio do Preço de Liquidação das Diferenças – PLD que passou de 20,61 no terceiro trimestre de 2011 para R\$131,14 no terceiro trimestre de 2012.

Receita de Concessão de Transmissão

A Receita de concessão de transmissão foi de R\$517.250, no terceiro trimestre de 2012, comparados a R\$466.478 no terceiro trimestre de 2011, representando um aumento de 10,88%. Esta variação decorre principalmente do aumento dos ativos de transmissão da Companhia em função das novas aquisições ocorridas em 2011, principalmente da Abengoa, adquirida por meio de nossa controlada TAESA. A receita de transmissão agregada pela TAESA, proporcional à nossa participação, foi de R\$318.502 no terceiro trimestre de 2012 comparada a R\$274.986 no mesmo período do ano anterior.

Impostos e Encargos incidentes sobre a Receita

	Terceiro Trim/12	Terceiro Trim/11	Var %
Impostos sobre a Receita			
ICMS	122.468	106.277	15,23
COFINS	121.132	104.594	15,81
PIS-PASEP	26.293	22.703	15,81
ISSQN e outros	200	271	(26,20)
	270.093	233.845	15,50
Encargos do Consumidor			
Reserva Global de Reversão – RGR	33.235	30.792	7,93
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	12.383	9.406	31,65
Quota para Conta de Consumo de Combustível – CCC	10.716	13.728	(21,94)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	6.166	5.266	17,09
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	4.550	4.037	12,71
Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE	2.282	2.082	9,61
PROINFA	6.399	4.209	52,03
Encargos de Capacidade Emergencial	-	241	-
	75.731	69.761	8,56
	345.824	303.606	13,91

As principais variações nos Impostos e Encargos incidentes sobre a receita, são como segue:

Conta de Consumo de Combustível – CCC

Refere-se aos custos de operação das Usinas térmicas dos Sistemas interligado e isolado brasileiro, rateados entre os concessionários de energia elétrica por meio de Resolução da ANEEL. A Cemig Geração e Transmissão é, apenas, repassadora deste custo, uma vez que o valor da CCC é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás. A CCC apresentou uma redução de 21,94% nos períodos comparados.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Os pagamentos da CDE são definidos, por meio de Resolução da ANEEL, e apresentaram um aumento de 31,65% nos períodos comparados. A Cemig Geração e Transmissão é, apenas, repassadora deste custo, uma vez que o valor da CDE é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás.

As demais Deduções à Receita referem-se, basicamente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as variações decorrem, substancialmente, da evolução da Receita.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R\$579.759, no terceiro trimestre de 2012, comparados a R\$518.238 no terceiro trimestre de 2011, representando um aumento de 11,87%. As principais variações estão relacionadas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$186.792, no terceiro trimestre de 2012, comparados a R\$147.609 no terceiro trimestre de 2011, representando um aumento de 26,55%. Este resultado decorre de maior atividade de comercialização de energia em 2012, com a compra de energia para revenda.

Pessoal

A despesa com pessoal, no terceiro trimestre de 2012, foi de R\$77.824, comparados a R\$70.597 no terceiro trimestre de 2011, representando um aumento de 10,24%. Este resultado decorre, principalmente, do reajuste salarial dos empregados em função do acordo coletivo de novembro de 2011, com reajuste médio de 8,20%.

Serviços de Terceiros

A despesa com Serviços de Terceiros foi de R\$41.983 no terceiro trimestre de 2012 na comparação com R\$35.645 no terceiro trimestre de 2011 representando um aumento de 17,78%. As principais variações ocorreram nos serviços de consultoria, contratados pela controlada em conjunto TAESA, e manutenção de instalações e equipamentos elétricos.

Resultado Financeiro Líquido

	Terceiro Trim/12	Terceiro Trim/11	Var. %
RECEITAS FINANCEIRAS			
Renda de Aplicação Financeira	47.049	70.835	(33,58)
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	1.650	734	124,80
Varição Monetária	5.847	488	1.098,16
Variações Cambiais	2.204	-	-
Ganhos com Instrumentos Financeiros (nota 26)	479	-	-
Ajuste a Valor Presente	12.051	-	-
Outras	3.634	1.738	109,09
	72.914	73.795	(1,19)
DESPESAS FINANCEIRAS			
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(142.656)	(195.714)	(27,11)
Encargos Variação Monetárias- Forluz	(4.444)	(4.182)	6,26
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(29.432)	(9.071)	224,46
Variações Cambiais	(4.281)	(163)	2.526,38
Variações Monetárias – Concessão Onerosa	(16.311)	(3.938)	314,20
Ajuste a Valor Presente	-	(2.752)	-
Variação Monetária	(5.022)	(4.049)	24,03
Outras	(25.366)	(8.838)	187,01
	(227.512)	(228.707)	(0,52)
DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS	(154.598)	(154.912)	(0,20)

Na comparação dos valores do terceiro trimestre de 2012 com o terceiro trimestre de 2011, o resultado financeiro líquido foi uma despesa de R\$154.598, em 2012, comparada a uma despesa líquida de R\$154.912 em 2011. As principais variações no resultado financeiro estão descritas a seguir:

- redução de R\$23.786, na receita de Aplicações Financeiras, em função do menor volume de recursos aplicados em 2012;
- redução na despesa de Encargos de Empréstimos e Financiamentos: R\$142.656, no terceiro trimestre de 2012, comparados a R\$195.714 no terceiro trimestre de 2011. Essa redução decorre basicamente do menor volume de empréstimos lastreados ao CDI no terceiro trimestre de 2012 em relação ao mesmo período do exercício anterior e também da menor variação do indexador. A variação do CDI, no terceiro trimestre de 2012 foi de 1,91% comparado a 3,01% no terceiro trimestre de 2011;

- variação monetária das concessões onerosas: O valor da variação monetária foi de R\$16.311 no terceiro trimestre de 2012 comparados a R\$3.938 no terceiro trimestre de 2011. Este resultado decorre, principalmente, da variação do IGP-M que passou de 0,97% no terceiro trimestre de 2011 para 3,78% no terceiro trimestre de 2012.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig Geração e Transmissão apurou, no terceiro trimestre de 2012, despesas, com Imposto de Renda e Contribuição Social, no montante de R\$257.691 em relação ao lucro de R\$999.040, antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 25,79%. No terceiro trimestre de 2011, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social, no montante de R\$146.499 em relação ao lucro de R\$623.979, antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 23,48%.

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Cemig Geração e Transmissão S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Fomos contratados para revisar as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board-IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Fomos contratados para conduzir nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente. Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permite obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não fomos contratados para emitir uma opinião de auditoria.

Em função da relevância do assunto descrito no parágrafo “Base para abstenção de conclusão” a seguir, não nos foi possível expressar conclusão em relação à nossa revisão.

Base para abstenção de conclusão

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 31: (a) em 11 de setembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória nº 579 (“MP 579” ou “MP”), que regulamenta a prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica; (b) em 14 de setembro de 2012, foi publicado o Decreto nº 7.805 que regulamenta a MP 579, que impactam os contratos de concessões da Companhia. Nos termos dessa legislação, a Companhia possui a opção de prorrogar os prazos de suas concessões de geração e transmissão de energia elétrica, a critério do Poder Concedente, em uma única vez, pelo prazo de até 30 anos, desde que aceite o vencimento antecipado de seus atuais contratos para dezembro de 2012, bem como determinadas outras condições estabelecidas pelo Poder Concedente, tais como: (i) receita fixada conforme critérios estabelecidos; (ii) submissão aos padrões de qualidade do serviço fixados pela ANEEL; e (iii) concordância com os valores estabelecidos como indenização dos ativos vinculados à concessão. Em 15 de outubro de 2012, a Companhia manifestou sua intenção preliminar favorável quanto à aceitação da prorrogação do prazo de concessão referente a certas centrais geradoras incluídas no contrato 007/97 e aos ativos de transmissão incluídos no contrato 006/97, referidos na Nota Explicativa nº 31. Em 1º de novembro de 2012, foram publicadas as Portarias Interministeriais nº 578, nº 579 e nº 580, por meio das quais o Ministério de Minas e Energia informou valores das novas tarifas aplicáveis às atividades de geração de energia elétrica, os valores da nova Receita Anual Permitida (RAP), aplicável às atividades de transmissão de energia da Companhia, a vigor a partir de 1º de janeiro de 2013, no montante de R\$148 milhões, assim como o valor da indenização dos ativos e transmissão no valor de R\$285 milhões. Em 30 de setembro de 2012, a Companhia possuía saldo contábil dos ativos de transmissão de energia elétrica, classificado no ativo circulante e não circulante, nas rubricas Ativo Financeiro da Concessão, no montante de R\$723 milhões e RAP referente ao ciclo 2012/2013 do contrato 006/97 estipulada em R\$485 milhões e saldo contábil de ativos de geração de energia elétrica classificado como ativo não circulante na rubrica Ativo imobilizado para os quais a Companhia manifestou sua intenção preliminar favorável à aceitação da prorrogação do contrato de concessão, no montante de R\$763 milhões. Para estes empreendimentos de geração, o Poder Concedente não considerou que a Companhia tem direito a indenização. Adicionalmente, para as concessões das usinas hidrelétricas de Jaguará, São Simão e Miranda, cujas concessões terão o seu prazo de vencimento em agosto de 2013, janeiro de 2015 e dezembro de 2016, respectivamente, a Administração da Companhia entende que possui direito a prorrogação destas concessões nas condições anteriores à MP 579, conforme cláusulas estabelecidas nos contratos de concessão e no artigo 19 da Lei nº 9.74/1995 e desta maneira, não manifestou intenção favorável quanto à aceitação da prorrogação. Em 30 de setembro de 2012, a Companhia possuía saldo contábil referente as usinas hidrelétricas de Jaguará, São Simão e Miranda, classificado no ativo não circulante, na rubrica Ativo Imobilizado, no montante de R\$1.335 milhões. A administração da Companhia está analisando, por meio de estudos e projeções, as condições estabelecidas para a prorrogação do prazo de concessão e os correspondentes efeitos econômico-financeiros, a fim de concluir sobre a ratificação ou não para a prorrogação do prazo de concessão, cuja resposta final é devida até 4 de dezembro de 2012. Pelo fato de a Administração da Companhia ainda não ter concluído todas as análises sobre a intenção ou não de prorrogar as concessões e seus efeitos contábeis, nenhum ajuste foi registrado nas demonstrações financeiras intermediárias referentes aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2012, existindo, assim, incerteza relevante quanto ao valor de realização de ativos e eventual mensuração de passivos direta e indiretamente vinculados aos contratos de concessão e, portanto, não nos foi possível concluir sobre as informações contábeis contidas nessas informações contábeis intermediárias.

Abstenção de conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Em virtude da relevância do assunto descrito no parágrafo “Base para abstenção de conclusão”, não nos foi possível expressar conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Cemig Geração e Transmissão S.A.. Consequentemente, não expressamos conclusão sobre as informações trimestrais acima referidas.

Ênfases

Sem modificar nossa abstenção de conclusão, chamamos a atenção para o fato descrito na nota explicativa nº 12 às informações financeiras intermediárias, que menciona que a controlada em conjunto, Madeira Energia S.A., tem apurado prejuízos recorrentes em suas operações e que, em 30 de setembro de 2012, o passivo circulante excede o ativo circulante em R\$1.943 milhões. O efeito proporcional na Companhia é de R\$194 milhões. A Administração da Madeira Energia S.A. possui planos para equalizar a situação do capital circulante líquido negativo. Nesta data, a Madeira Energia S.A. depende do suporte financeiro de seus acionistas e/ou da obtenção de empréstimos com terceiros para continuar operando.

Sem modificar nossa abstenção de conclusão, chamamos a atenção para o fato descrito na nota explicativa nº 12 às informações financeiras intermediárias, que menciona que a controlada em conjunto Madeira Energia S.A. e sua controlada estão incorrendo em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio. O ativo imobilizado constituído pelos referidos gastos totalizava, em 30 de setembro de 2012, R\$13.800 milhões, os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua administração, deverão ser absorvidos por meio das receitas futuras geradas a partir do início das operações da entidade. Em 30 de setembro de 2012, o montante do ativo imobilizado proporcional à participação da Companhia nesta controlada indireta é de R\$1.380 milhões.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Fomos contratados para revisar, também, as informações intermediárias referentes às demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM e considerada informação suplementar pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), que não requerem a apresentação da DVA. Devido à relevância do assunto descrito no parágrafo Base para abstenção de conclusão, não nos foi possível expressarmos uma conclusão e, conseqüentemente não expressamos conclusão sobre as referidas demonstrações do valor adicionado.

Revisão das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, do trimestre findo em 30 de setembro de 2011 e auditoria das informações contábeis, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2011

Exceto pelos efeitos das reclassificações apresentados na nota explicativa nº 2.2 às informações financeiras intermediárias, que não foram revisados por nós ou por outros auditores independentes, as informações e os valores correspondentes aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente revisados por outros auditores independentes, que emitiram relatório, datado de 11 de novembro de 2011, o qual conteve parágrafos de ênfase relacionados ao fato de que a controlada em conjunto Madeira Energia S.A. e sua controlada estavam incorrendo em gastos relacionados com o desenvolvimento do projeto para construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas por sua administração deverão ser absorvidos pelas receitas futuras das operações. A realização do ativo imobilizado constituído pelos referidos gastos, de acordo com as expectativas de sua administração, dar-se-á a partir do início das operações.

As informações e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório, datado de 26 de março de 2012, o qual conteve parágrafos de ênfase relacionados a: (i) o fato de que a controlada indireta em conjunto Madeira Energia S.A. apurava prejuízos recorrentes em suas operações e apresentava excesso de passivos sobre ativos circulantes no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, no montante consolidado de R\$1.279 milhões. O efeito proporcional na Companhia foi de R\$128 milhões; e (ii) o fato de que a controlada em conjunto Madeira Energia S.A. e sua controlada estavam incorrendo em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas por sua administração, deverão ser absorvidos pelas receitas futuras das operações.

Belo Horizonte, 14 de novembro de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG

José Ricardo Faria Gomez
Contador
CRC-1SP 218.398/O-1 S/MG